

Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social



Relatório Anual de Atividades

2011



SUMÁRIO

4	1	MENSAGEM DA DIRETORIA	11	2.2.4	Receitas e Despesas Previdenciais
6	2	PREVIDÊNCIA	11	2.2.5	Estatuto e Regulamento
6	2.1	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – Benefício Definido	12	3	ASSISTÊNCIA E SAÚDE
7	2.1.1	Situação do Patrimônio de Cobertura do Plano	12	3.1	Programa de Promoção à Saúde – Pro-Saúde
8	2.1.2	Receitas e Despesas Previdenciais	12	3.1.1	Dados Gerais do Plano
8	2.1.3	Perfil da Massa	13	3.1.2	Sinistralidade do Pro-Saúde
9	2.1.3.1	Participantes Ativos	13	3.2	Medicina Preventiva
9	2.1.3.2	Participantes Assistidos	14	4	INVESTIMENTOS
9	2.1.4	Resultado da Avaliação Atuarial - 2011	14	4.1	Política de Investimentos para 2012
9	2.1.4.1	Diagnóstico Atuarial	14	4.1.1	Introdução
9	2.1.4.2	Plano de Custeio	14	4.1.2	Alocação dos Ativos
10	2.1.5	Estatuto e Regulamento	14	4.1.3	Benchmark
10	2.2	Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – Contribuição Variável	16	4.1.4	Controle de Riscos
10	2.2.1	Fundo Previdencial	17	4.2	Demonstrativo de Investimentos em 2011
11	2.2.2	Provisões Matemáticas	17	4.2.1	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG
11	2.2.3	Perfil da massa	17	4.2.2	Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV

17	4.2.3	Plano de Gestão Administrativa – PGA	24	5.2	Evolução do Plano Administrativo
18	4.2.4	Plano Assistencial			
18	4.2.5	Total de Recursos Administrados	25	6	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
19	4.2.6	Quadro Demonstrativo das Aplicações por Segmento	25	6.1	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG
20	4.2.7	Rentabilidade dos Investimentos	34	6.2	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
21	5	GESTÃO ADMINISTRATIVA	54	6.3	Plano de Assistência à Saúde
21	5.1	Despesas com Administração	56	6.4	Notas Explicativas às Informações Contábeis da Gestão Assistencial
22	5.1.1	Despesas com Administração – Plano de Benefícios Previdenciários			
23	5.1.2	Despesas com Administração – Plano Assistencial	65	7	PARECERES E MANIFESTAÇÕES
23	5.1.3	Despesas com Administração x Ativo Total	65	7.1	Parecer dos Auditores Independentes
24	5.1.3.1	Gestão Administrativa – Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG	66	7.2	Parecer do Atuário
24	5.1.3.2	Gestão Administrativa – Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – CV	70	7.2.1	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG
24	5.1.4	Gestão Administrativa – Plano Assistencial	72	7.2.2	Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV
			72	7.3	Manifestação do Conselho Fiscal
			72	7.4	Parecer do Conselho Deliberativo



1 MENSAGEM DA DIRETORIA

Para a DESBAN, assim como para a grande maioria dos Fundos de Pensão, 2011 foi um ano difícil, devido à instabilidade e incertezas que marcaram o cenário econômico mundial. Por outro lado, tivemos a satisfação de iniciar a administração de um novo plano de benefício previdenciário na modalidade de contribuição variável o que propicia novos conhecimentos e amplia as perspectivas da Entidade. Além deste desafio, a mudança da localização de nossa sede, em um curto espaço de tempo, exigiu empenho de todos os colaboradores para melhor atender nossos participantes.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade técnica da gestão da DESBAN é com satisfação que comunicamos que além do AETQ – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado e da Diretoria da DESBAN, a presidente e membros do Conselho Deliberativo, o coordenador e o analista da área de investi-

mentos, bem como o coordenador da controladoria estão certificados junto ao Instituto de Certificação da Seguridade Social – ICSS, o que significa o reconhecimento da capacitação técnica e do amplo conhecimento sobre o sistema de previdência complementar destes profissionais.

Lançamos ainda o Programa de Educação Financeira e Previdenciária, que tem o objetivo de difundir instrumentos de conhecimento para orientar a tomada de decisões em relação a gastos e investimentos com vistas ao alcance de um futuro financeiramente tranquilo. O programa consiste na realização de treinamentos aos participantes e na publicação de matérias no DESBAN Notícias e trabalha a filosofia de que pessoas com melhor educação financeira fazem melhores escolhas pois são mais conscientes dos riscos e oportunidades.

Já o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, principal foco da DESBAN enquanto administradora de Planos de Previdência, completou 34 anos de existência, com elevado grau de maturidade. Ao longo deste período sua administração trabalhou permanentemente para manter o equilíbrio e a segurança. Para isso utilizou dos sucessivos superávits gerados no decorrer dos anos para criar um ambiente futuro seguro através da adoção de hipóteses atuariais mais conservadoras. O reflexo deste processo é traduzido nas hipóteses atuariais utilizadas para calcular as provisões matemáticas do Plano que são mais conservadoras que as estabelecidas pela legislação vigente. Para demonstrar o quanto a definição das premissas atuariais foi importante para tornar este Plano mais conservador, o que certamente mitiga os riscos futuros, se as reservas matemáticas fossem calculadas utilizando as premissas mínimas exigidas na legislação o resultado do Plano seria um superávit de R\$ 26.241 mil.

No entanto, em 2011, apesar de todos os esforços da administração na busca da melhor rentabilidade conjugada com segurança e prudência, como requer um plano de previdência que tem compromissos com participantes ativos, assistidos e patrocinador, o retorno dos investimentos foi comprometido pelo resultado da carteira de ações, não sendo suficiente para cobrir as necessidades atuariais do Plano, encerrando o exercício com um déficit de R\$24.408 mil. É importante entender que este déficit é decorrente, principalmente, do retorno dos investimentos, ou seja, de um fator conjuntural. Prova disso é que com o resultado positivo da carteira de ações

em janeiro/2012, este déficit já foi reduzido para R\$ 18.372 mil. Fato que comprova que o déficit apurado vincula-se principalmente ao retorno dos investimentos.

Na oportunidade lembramos que em função do equacionamento do déficit apurado na avaliação atuarial de 2009, decorrente do crescimento da massa salarial, o que configurou um déficit estrutural, houve um aumento nas contribuições mensais em 2011 e haverá novo aumento em 2012.

O Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG CV na modalidade de contribuição variável teve seu início em 2011 e está em fase de constituição de reservas. Para 2012 contamos com a adesão dos novos funcionários dos patrocinadores, o que nos trará novos desafios na busca de atingir seu objetivo principal de proporcionar tranquilidade no seu futuro.

Além dos Planos de Previdência, a entidade administra um Plano Assistencial que também busca proporcionar uma melhor qualidade de vida para seus usuários, através de uma ampla rede de credenciados e dos melhores hospitais e clínicas de Belo Horizonte, além de oferecer serviços e coberturas adicionais em relação aos planos disponíveis no mercado.

Aproveitamos para agradecer ao Patrocinador, aos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, pelo respeito e permanente apoio à administração da DESBAN nos momentos necessários e aos funcionários da DESBAN pelo profissionalismo, colaboração e competência demonstrado ao longo desse exercício.



2 PREVIDÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

A DESBAN é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, tendo como patrocinadores o BDMG, na qualidade de instituidor, e por adesão, a própria Fundação.

Administra dois Planos de Benefícios Previdenciários e um Plano Assistencial. O Plano de Benefícios Previdenciários BDMG, na modalidade de benefício definido, e o Plano Assistencial são administrados desde a sua constituição em 1978. Em 2011, iniciou a administração do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG, na modalidade de contribuição variável.

2. PREVIDÊNCIA

2.1 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BDMG – BENEFÍCIO DEFINIDO

Teve início em 01/02/1978 com o objetivo de oferecer aos empregados do patrocinador instituidor, renda complementar aos benefícios pagos pela Previdência Social.

É um plano de caráter contributivo, custeado

de forma paritária pelos patrocinadores, participantes ativos e assistidos, conforme determina a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, sendo o equilíbrio atuarial fundamentado no coletivo, em que há total solidariedade entre os participantes. O direito de aposentadoria para os participantes é caracterizado como de benefício definido no qual o participante tem conhecimento prévio do valor do benefício que receberá no futuro, cuja fórmula de cálculo é estabelecida em regulamento sendo as contribuições calculadas de forma a garantir o pagamento desses benefícios.

Este plano encerrou o ano de 2011, com 850 participantes, sendo 359 participantes em atividade, 428 aposentados e 63 pensões por morte. Está fechado para novas adesões, conforme aprovação da PREVIC, através da Portaria nº 641.

Os gráficos 1, 2 e 3 demonstram dados sobre a massa de participantes e assistidos, bem como o compromisso do plano com seus participantes ativos e assistidos, em 31/12/2011.

Gráfico 1 – Número de participantes ativos x assistidos

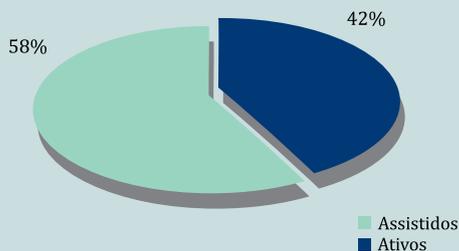


Gráfico 2 – Pirâmide etária do plano

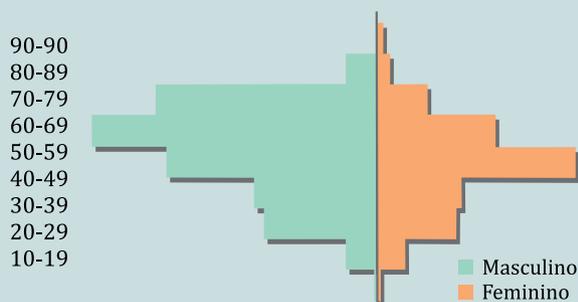
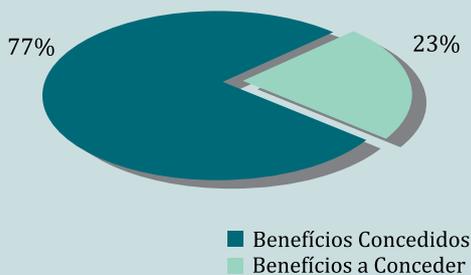


Gráfico 3 – Compromisso do plano com participantes ativos x assistidos



2.1.1 SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do Plano encerrou o ano em R\$ 662.536 mil sendo que as Provisões Matemáticas, que representam os compromissos com os pagamentos dos benefícios futuros assegurados pelo Plano, atingiram o montante de R\$ 686.944 mil resultando em um déficit técnico de R\$ 24.408 mil, conforme apresentado no gráfico 4. O reflexo da crise financeira iniciada em 2008 afetou fortemente a União Européia, trazendo insegurança aos agentes do mercado financeiro, traduzido na forma de aversão ao risco. Em função deste cenário ocorreu no Brasil uma redução das taxas de juros reais bem como um resultado extremamente negativo das ações negociadas na BOVESPA, o que de maneira geral contribuiu negativamente para o resultado total dos investimentos. Como descrito na Mensagem da Diretoria este déficit é principalmente decorrente do retorno dos investimentos, ou seja, de um fator conjuntural, sendo que a própria legislação prevê que neste caso o equacionamento do déficit não precisa ser imediato. Para demonstrar o impacto do resultado dos investimentos na formação do déficit, com o resultado positivo da carteira de ações em janeiro/2012 este foi reduzido para R\$18.372mil.

Gráfico 4 – Evolução do Patrimônio Previdencial



2.1.2 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

As tabelas 1 e 2 apresentam as receitas e despesas previdenciais ao longo do exercício de 2011.

Tabela 1 – Receitas Previdenciais

Descrição	Receita
Em R\$ mil	
1. Patrocinadores	6.265
BDMG	6.141
DESBAN	124
2. Participantes	6.572
BDMG	6.303
DESBAN	130
Autopatrocinados	139
3. Outros Recursos Correntes	69
Total	12.906

Tabela 2 – Despesas Previdenciais

Descrição	Despesa
Em R\$ mil	
Aposentadorias	40.361
Pensões	2.622
Auxílios-Doença	122
Pecúlios	76
Reserva de Poupança	24
Total	43.205

2.1.3 PERFIL DA MASSA

A evolução da massa de participantes e assistidos bem como as ocorrências de pecúlio e resgate nos anos de 2011 e 2010, estão demonstradas na tabela 3.

Tabela 3 – Estatística de Massa

	Massa	2011	2010
Participantes*	Ativos	342	390
	Autopatrocinados	14	11
	Auxílio-doença	3	5
Total Participantes		359	406
Assistidos	Aposentado – Tempo de Contribuição	408	365
	Aposentado – Idade	1	1
	Aposentado – Invalidez	18	18
	Aposentado – Especial	1	1
	Pensionistas **	63	62
Total Assistidos		491	447
Total Geral		850	853
Ocorrências			
Pecúlios		2	2
Resgates		2	9

* Incluído 1 participante, que teve sua inscrição cancelada sem devolução da reserva de poupança por motivo de manutenção do vínculo empregatício com o patrocinador.

** Os dados registrados no campo de pensionistas correspondem ao número de participantes que geraram as pensões.

2.1.3.1 PARTICIPANTES ATIVOS

Em 31/12/2011 o Plano possuía 359 participantes em atividade, distribuídos conforme tabela 4.

Tabela 4 - Idade Média por Faixa Etária

Faixa Etária	Frequência total	Idade Média
De 20 a 25 anos	6	24
De 26 a 30 anos	31	28
De 31 a 35 anos	48	33
De 36 a 40 anos	73	38
De 41 a 45 anos	65	43
De 46 a 50 anos	44	48
De 51 a 55 anos	77	54
Acima de 56 anos	15	58

* O teto do salário de participação em 31/12/2011 era de R\$ 20.129,12

2.1.3.2 PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 31/12/2011 o Plano possuía 491 assistidos, sendo 410 aposentados por idade e, tempo de contribuição ou especial, 18 aposentados por invalidez, e 63 pensões por morte. A tabela 5 traz o perfil etário e financeiro da massa.

Tabela 5 - Perfil Etário e Financeiro

Valores em R\$ reais

Benefício	Idade Média	Média complementação DESBAN
Aposentadoria Invalidez	63,11	2.666,83
Aposentadoria Tempo Contribuição, Idade, Especial	65,39	8.036,59
Pensão por morte	65,42	2.777,97

2.1.4 RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - 2011

2.1.4.1 DIAGNÓSTICO ATUARIAL

A Avaliação Atuarial de 2011 foi realizada pela empresa de consultoria externa Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. e utilizou como base as informações cadastrais dos participantes ativos em outubro/2011 e dos assistidos em dezembro/2011.

Esta avaliação tem como objeto a análise das hipóteses atuariais, com o objetivo de fixar as projeções da evolução do plano, buscando a manutenção do seu equilíbrio atuarial e financeiro.

Nesta avaliação, as premissas (hipóteses) que sofreram alteração em relação a 2010 foram a da rotatividade e a do crescimento real de salário, além das atualizações cadastrais, incluídas as novas adesões e baixas ocorridas no decorrer do período.

Tabela 6 - Patrimônio de Cobertura do Plano

Em R\$ mil

Composição do Ativo Líquido	Patrimônio de Cobertura do Plano	
Ativo	692.827	Provisões Matemáticas (PM) 686.944
		PMBC 529.285
(-) Obrigações	(25.246)	PMBAC 157.659
(-) Fundo Administrativo	(5.045)	Déficit (24.408)
Total	662.536	Total 662.536

3,6840% do Ativo Líquido ←

2.1.4.2. PLANO DE CUSTEIO

Conforme divulgado anteriormente foi aprovado no exercício de 2010 o aumento das contribuições normais dos patrocinadores, participantes e assistidos, a vigorar a partir de 2011 e 2012. Desta forma, em 2011, as contribuições tiveram

um aumento de 8,25% (oito vírgula vinte e cinco por cento) sobre as contribuições vigentes em 2010. Para o exercício de 2012, as contribuições terão um aumento de 9,24% (nove vírgula vinte e quatro por cento) sobre as contribuições vigentes em 2011.

Do total das contribuições vertidas para o plano, 9% são destinados para cobertura do custeio administrativo.

2.1.5 ESTATUTO E REGULAMENTO

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 641, as alterações do Regulamento do Plano, tendo como principal alteração o fechamento do Plano para novas adesões. Abaixo todas as alterações:

CAPÍTULO I – DO OBJETIVO – inclusão do § 2º no Art 1º que trata do fechamento do plano. “§ 2º - Este plano de benefícios será considerado em extinção, com vedação de acesso de novos participantes, a partir da data da publicação no Diário Oficial da União da aprovação dessa alteração regulamentar pela PREVIC”;

CAPÍTULO VII – DO SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO – correção da remissão de art.16 para art. 17;

CAPÍTULO VIII –DO SALÁRIO-REAL-DE-BENEFÍCIO – art. 21, inclusão do numeral romano II para indicar o inciso ali presente;

CAPÍTULO XII – DO AUTOPATROCÍNIO, DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO, DO RESGATE E DA PORTABILIDADE – § 1º do artigo 56, correção da remissão de art. 18 para art. 19; § 3º do inciso VII do art. 71 correção da remissão de art. 63 para art. 62 e art. 78, correção da remissão de art. 56 para art. 74.

O novo regulamento entrou em vigor a partir da data da sua aprovação.

2.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS BDMG – CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Aprovado em 13/01/2011, pela PREVIC, conforme Portaria nº 23, trata-se de um plano de Contribuição Variável, formatado dentro de uma regulamentação atual, flexível e compatível com as exigências do mercado. Busca combinar as melhores características de um plano de Benefício Definido, como a oferta de cobertura de benefícios de riscos (auxílio doença, invalidez e pensão por morte) e o recebimento de benefícios em regime de renda vitalícia, como as de um plano de contribuição definida que, no período de acumulação, apropria-se de toda a rentabilidade obtida pelos investimentos em uma conta de reserva individual. Concebido dentro de critérios bastante conservadores, o novo Plano prevê taxa de juros atuarial de 4% a.a., IPCA como índice de correção de benefícios, tábua de mortalidade AT2000 desgravada de 2 anos, dentre suas principais características.

Cumprindo dispositivos legais, o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV está inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das entidades fechadas de previdência complementar sob o nº 2011.0001-65.

2.2.1 FUNDO PREVIDENCIAL

O fundo previdencial é composto pelo fundo de risco que é destinado à cobertura inicial dos compromissos do plano referentes aos benefícios de invalidez, auxílio doença e pensão por morte. Sua constituição foi efetuada com um aporte inicial do Patrocinador – Fundador no montante de R\$ 457 mil e pelo percentual destinado ao fundo de risco incidente sobre as contribuições básicas do participante e do patrocinador, sendo acrescidos do retorno líquido dos investimentos. Em 31/12/2011 o montante do fundo previdencial era de R\$ 497 mil.

2.2.2 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas representam o saldo de conta dos participantes incluída as contribuições do patrocinador. Este saldo será o utilizado para o cálculo do benefício no momento da sua concessão juntamente com as premissas atuariais e as características etárias do participante e seus beneficiários.

Essas provisões atingiram o montante de R\$ 35 mil em dezembro de 2011.

2.2.3 PERFIL DA MASSA

Em dezembro de 2011 o plano possuía 5 participantes ativos, distribuídos conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Idade Média por Faixa Etária

Faixa Etária	Frequência total	Idade Média
De 20 a 25 anos	1	22
De 46 a 50 anos	2	47
De 51 a 55 anos	1	51
Acima de 56 anos	1	62

2.2.4 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

Este Plano ainda não apresenta despesas previdenciais e suas receitas previdenciais ao longo do exercício de 2011, estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Receitas Previdenciais do Plano de Benefícios

Em R\$ mil	
Descrição	Receita
1- Patrocinadores	848
BDMG	845
DESBAN	3
2- Participantes	22
BDMG	15
DESBAN	7
Total	870

2.2.5 ESTATUTO E REGULAMENTO

Em 13 de janeiro de 2011, através da Portaria nº 23, a PREVIC aprovou na íntegra o Regulamento deste Plano.

3 ASSISTÊNCIA E SAÚDE

3.1 PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE – PRO-SAÚDE

O Pro-Saúde é um plano privado de Assistência à Saúde na modalidade de autogestão, conforme previsto na Lei 9.656/98. É custeado pelo BDMG, pela DESBAN e pelos usuários ativos, assistidos e autopatrocinados, tendo por objetivo oferecer cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica aos usuários inscritos e aos seus dependentes. A assistência odontológica é prestada pela Care Plus/Odontoprev.

O plano de saúde está registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº. 448.709/04-5. Como operadora do plano, a DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social se encontra registrada na ANS sob o nº. 35.766-9.

Encerrou 2011 com equilíbrio econômico, financeiro e atuarial, dispendo de patrimônio de R\$ 22.699 mil e aplicações vinculadas a provisões técnicas no valor de R\$ 1.025 mil, em cumprimento à Resolução Normativa nº.159/2007 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3.1.1 DADOS GERAIS DO PLANO

Gráfico 5 – Distribuição de Usuários por Faixa Etária

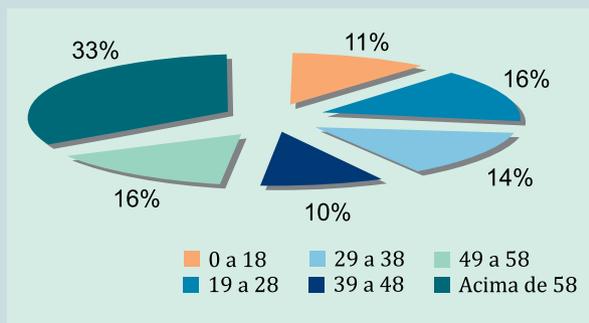


Gráfico 6 – Distribuição por Grupos de Usuários do Plano de Saúde

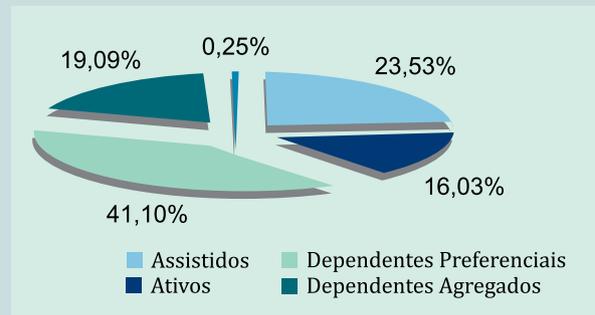


Gráfico 7 – Serviços Prestados - Procedimentos x Quantidade

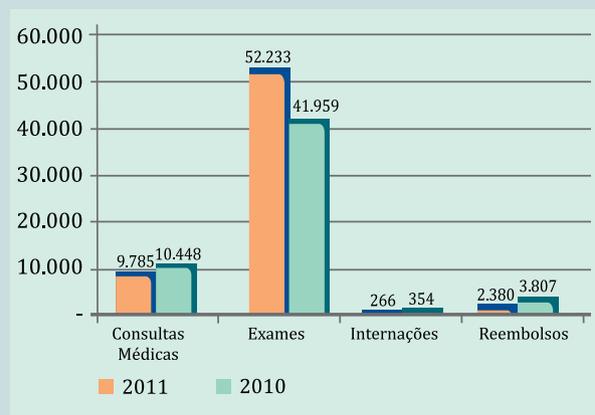


Gráfico 8 – Serviços Prestados – Procedimentos x Valores em R\$ mil

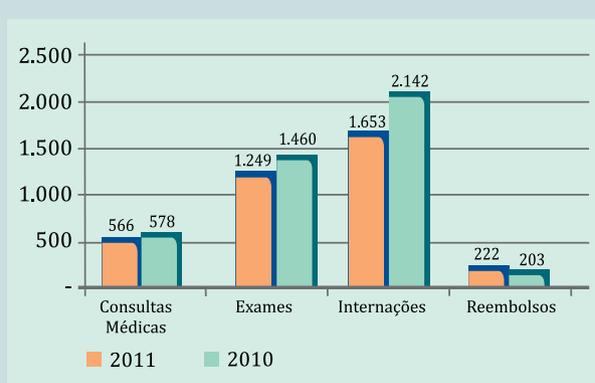
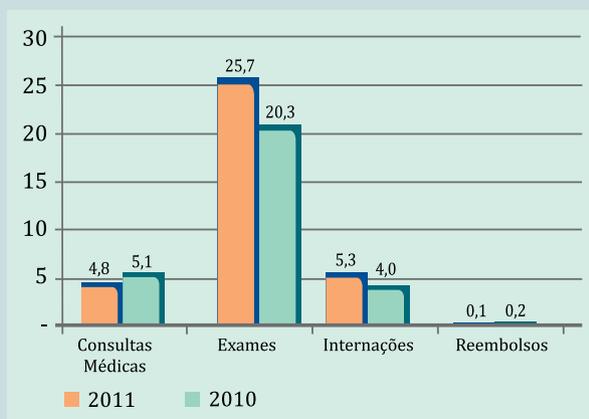


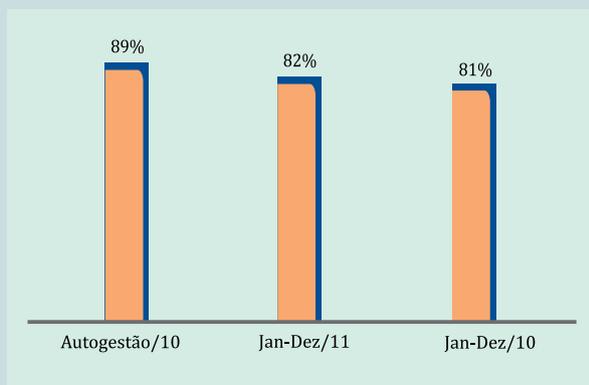
Gráfico 9 – Procedimentos x Utilização Média por Grupo de Usuários do Pro-Saúde



3.1.2. SINISTRALIDADE DO PRO-SAÚDE

Corresponde à parcela das receitas assistenciais utilizadas para custear as despesas assistenciais, o que significa que em 2011, 82% das receitas das contribuições foram utilizadas diretamente na assistência, conforme gráfico 10. É importante salientar que o reajuste anual das contribuições para o Plano foram apenas pela variação do IGP-DI/FGV, não sendo aplicado nenhum aumento decorrente da sinistralidade. A seguir apresentamos a sinistralidade do Plano em 2010 e 2011 e da Autogestão somente em 2010, por ser o último dado disponível do sistema.

Gráfico 10 – Sinistralidade



3.2 MEDICINA PREVENTIVA

O Programa de Medicina Preventiva, com custeio integral dos patrocinadores (BDMG e DESBAN) visa identificar precocemente os potenciais fatores de risco e agravantes à saúde, buscando prevenir ou identificar eventuais processos patológicos. Os exames preventivos são individuais, levando em consideração a idade e fatores de risco tais como tabagismo, sedentarismo e obesidade, dentre outros.

Dentro deste Programa foram realizadas em 2011 as seguintes atividades:

- a) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO dos empregados dos patrocinadores BDMG / DESBAN.
- b) Campanha preventiva e educativa – Programa de Imunização:
 - Vacinação contra Gripe
- c) Parceria com Recursos Humanos do BDMG e com a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para realização do Programa de Qualidade de Vida. Fazem parte do mesmo as seguintes ações:
 - Reeducação Alimentar;
 - Ginástica Laboral;
 - Ações de Saúde e Segurança;
 - Palestra e orientações sobre o “Headset”.
- d) Participação na XI SIPAT do BDMG - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, com realização de oficinas de dança, pintura, fotografia, além de relaxamento, massagem corporal, auriculoacupuntura, teatro e coral.

4 INVESTIMENTOS

4.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2012

4.1.1 INTRODUÇÃO

A Política de Investimentos estabelece as regras sob as quais a Fundação deve investir os recursos dos Planos e foi elaborada para assegurar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente desses recursos em condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

O Conselho Deliberativo, em sua reunião de nº 161-E, realizada em 28/12/2011, aprovou a Política de Investimento do Plano de Benefícios Previdenciário BDMG, do Plano de Benefícios Previdenciário BDMG CV, do Plano Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa – PGA para o ano de 2012, consubstanciada nos documentos “Política de Investimentos 2012 BD”, “Política de Investimentos 2012 CV”, “Política de Investimentos 2012 Assistencial” e “Política de Investimentos 2012 PGA”, e designou a Diretora Financeira, Íris Lanna de Moraes, CPF 489.370.296-34, como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para os Planos administrados pela DESBAN.

Alocação – Objetivo dos Planos para o Ano 2012

Tabela 09 – Plano de Benefícios Previdenciários BDMG

Segmento de aplicação	Limite Legal	Política de Investimentos		
		Limite Inferior	Limite Superior	Alvo
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%	75,00%
Renda Variável	70,00%	0,00%	70,00%	15,00%
Imóveis	8,00%	0,00%	8,00%	4,00%
Empréstimos e Financiamentos	15,00%	0,00%	15,00%	2,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	0,00%	20,00%	3,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%	10,00%	1,00%

Tabela 10 – Plano Assistencial

Segmento de aplicação	Limite Legal	Política de Investimentos		
		Limite Inferior	Limite Superior	Alvo
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

4.1.2 ALOCAÇÃO DOS ATIVOS

A alocação estratégica corresponde à decisão de investimento de longo prazo, e visa proporcionar rentabilidade compatível para garantir o equilíbrio econômico e financeiro no longo prazo. A alocação demonstrada no quadro abaixo visa proporcionar o retorno mínimo correspondente à meta atuarial, definida em IPCA + 5,5% ao ano para o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG, ao índice composto pela variação da Selic acrescido da variação do Ibovespa na proporção respectiva de 85% e 15% para o Plano de Gestão Administrativa – PGA e a variação da Selic para o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV e Plano Assistencial. Além disto, visa garantir a liquidez necessária para os desembolsos previstos. A alocação de ativos nos diversos segmentos estabelece os limites que a Fundação poderá considerar para alocar os recursos do plano, conforme previsto na legislação vigente e conciliando com as oportunidades de mercado.

Tabela 11 – Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento de aplicação	Limite Legal	Política de Investimentos		
		Limite Inferior	Limite Superior	Alvo
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%	85,00%
Renda Variável	70,00%	0,00%	70,00%	15,00%

Tabela 12 – Plano de Benefícios Previdenciários BDMG - CV

Segmento de aplicação	Limite Legal	Política de Investimentos		
		Limite Inferior	Limite Superior	Alvo
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

4.1.3 BENCHMARK

O benchmark é o indicador usado para comparar a rentabilidade dos investimentos a um índice pré-estabelecido. Para os segmentos em que

são investidos os recursos dos diversos planos, os benchmarks definidos consideraram a estrutura do passivo da Fundação e as condições de mercado, conforme descritos abaixo:

Tabela 13 – Plano de Benefícios Previdenciários BDMG

Plano de Benefícios Previdenciários BDMG	Benchmark
Renda Fixa	Meta Atuarial (IPCA + 5,50% a.a.)
Renda Variável	Ibovespa
Imóveis	Meta Atuarial (IPCA + 5,50% a.a.)
Empréstimos e Financiamentos	Meta Atuarial (IPCA + 5,50% a.a.) + 3,00% a.a.
Investimentos Estruturados	Meta Atuarial (IPCA + 5,50% a.a.) + 1,00% a.a.
Investimentos no Exterior	Ibovespa

Tabela 14 – Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV

Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV	Benchmark
Renda Fixa	Selic

Tabela 15 – Plano Assistencial

Plano Assistencial	Benchmark
Renda Fixa	Selic

Tabela 16 – Plano de Gestão Administrativa

Plano de Gestão Administrativa – PGA	Benchmark
Renda Fixa	Selic
Renda Variável	Ibovespa

4.1.4 CONTROLE DE RISCOS

RISCO DE MERCADO: O risco de mercado decorre da possibilidade de se obter perdas com o resultado das oscilações de preços dos ativos. É o risco de se perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um investimento. O exemplo clássico de risco de mercado é a perda resultante das variações negativas das cotações dos papéis negociados na Bolsa de Valores. A DESBAN utiliza Divergência não Planejada – DNP para gerenciar o risco de mercado de seus investimentos.

RISCO DE LIQUIDEZ: A liquidez de médio/ longo prazos é controlada através de estudos, realizados anualmente, que permitem confrontar a situação patrimonial com os fluxos financeiros atuariais da DESBAN. No curto prazo, a necessidade de fluxo da DESBAN é coberta por aplicações contratadas com liquidez ou com vencimento coincidente com o fluxo e por resgates de cotas dos fundos de investimento. A DESBAN monitora esse risco utilizando-se das Demonstrações Atuarias - DA.

RISCO DE CRÉDITO: Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. A DESBAN gerencia esse risco realizando investimentos somente em instituições financeiras e emissores de títulos de crédito com nota de classificação de “*rating*” de grau de investimento pelas agências especializadas e dentro dos critérios e limites previamente recomendados pelo Comitê de Investimentos e aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

RISCO LEGAL: Gerenciamento feito através da atualização constante da legislação vigente a todos os envolvidos nas atividades afins, através de treinamento interno e externo. Também é feito o acompanhamento constante da metodologia aplicada às atividades, buscando mitigar o descumprimento

dos normativos legais. Risco Legal decorrente de processos judiciais – Gerenciamento feito através de gestão administrativa dos processos judiciais em curso junto aos escritórios contratados para prestação de serviços jurídicos.

RISCO OPERACIONAL: Gerenciado através de sua estrutura interna de controles, a qual inclui uma relação de controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de riscos e controles por todos os funcionários. A estrutura inclui os manuais de procedimentos, código de ética, regimento interno, treinamento constante em todas as áreas, sistemas informatizados e segregação de função, adequados ao porte da fundação. As atividades e os processos passam por avaliações periódicas, identificando os riscos inerentes e a eficácia dos controles em uso. Como resultado a Fundação implementa planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles.

RISCO SISTÊMICO: O nível de risco sistêmico no sistema financeiro tem sido objeto de constante preocupação no âmbito de organismos internacionais e autoridades de supervisão. Em um país com elevado grau de regulamentação que adota mecanismos de controle e segurança do sistema financeiro como o Brasil, o risco sistêmico é apenas minimizado, pois não há como ser controlado. A DESBAN avalia e mensura o risco sistêmico através da classificação das instituições financeiras pelo seu grau de risco. Cabe também destacar a diversificação realizada nos investimentos como forma de diminuir os efeitos dos riscos de ativos das diversas instituições financeiras.

RISCO DE DESENQUADRAMENTO: A DESBAN acompanha o enquadramento das aplicações e a aderência à Política de Investimentos através de relatórios gerenciais gerados a partir dos sistemas de controladoria de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Empréstimos.

4.2 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS EM 2011

4.2.1 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS BDMG

Gráfico 11 - Composição dos Investimentos em R\$ mil

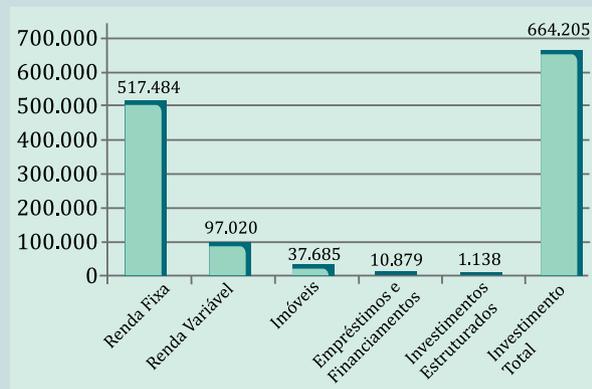
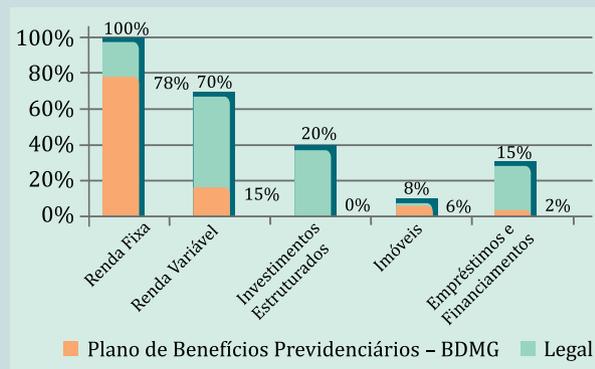


Gráfico 12 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



4.2.2. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS BDMG - CV

Gráfico 13 - Composição dos Investimentos em R\$ mil

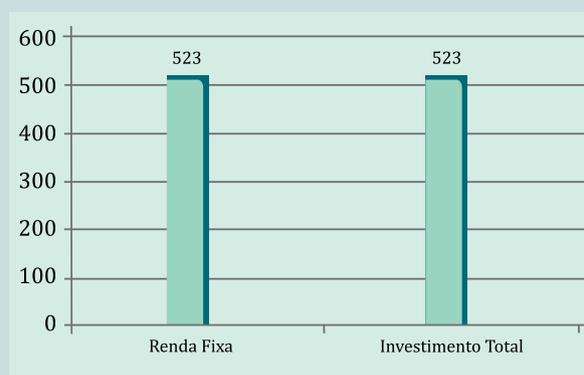
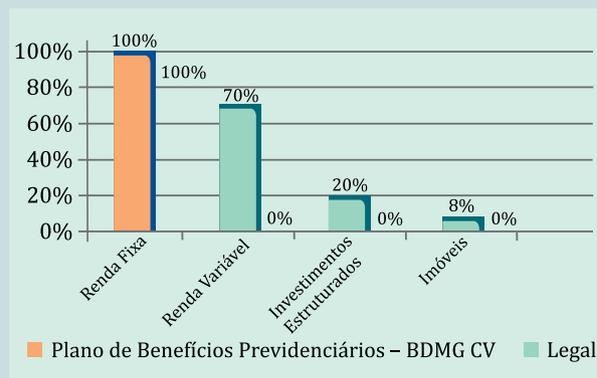


Gráfico 14 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



4.2.3 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Gráfico 15 - Composição dos Investimentos em R\$ mil

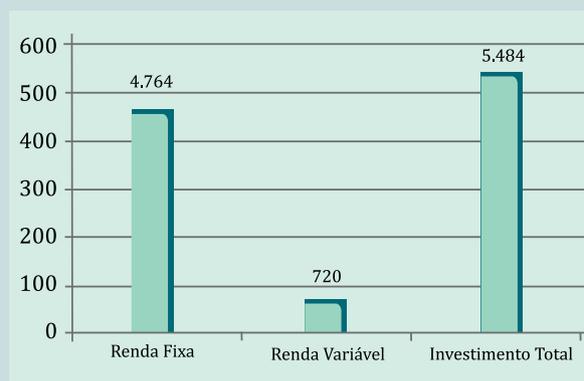
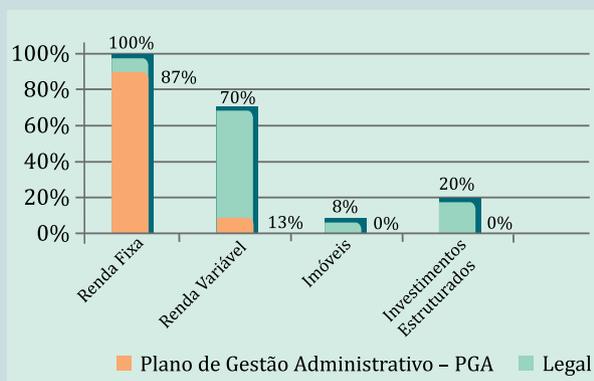


Gráfico 16 – Alocação dos Ativos x Limites Legais



4.2.4 PLANO ASSISTENCIAL

Gráfico 17 – Composição dos Investimentos em R\$ mil

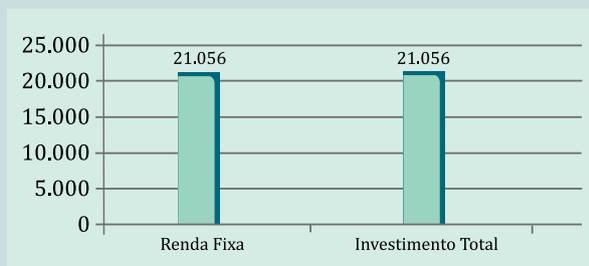
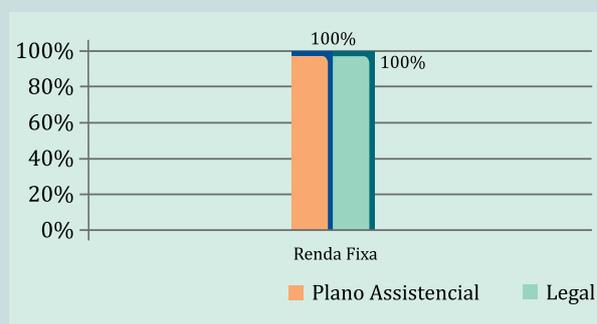
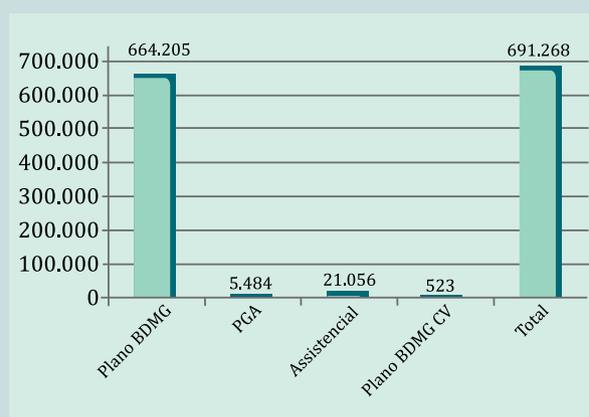


Gráfico 18 – Alocação dos Ativos x Limites Legais



4.2.5 TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS

Gráfico 19 – Total de Recursos Administrados



4.2.6 QUADRO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES POR SEGMENTO

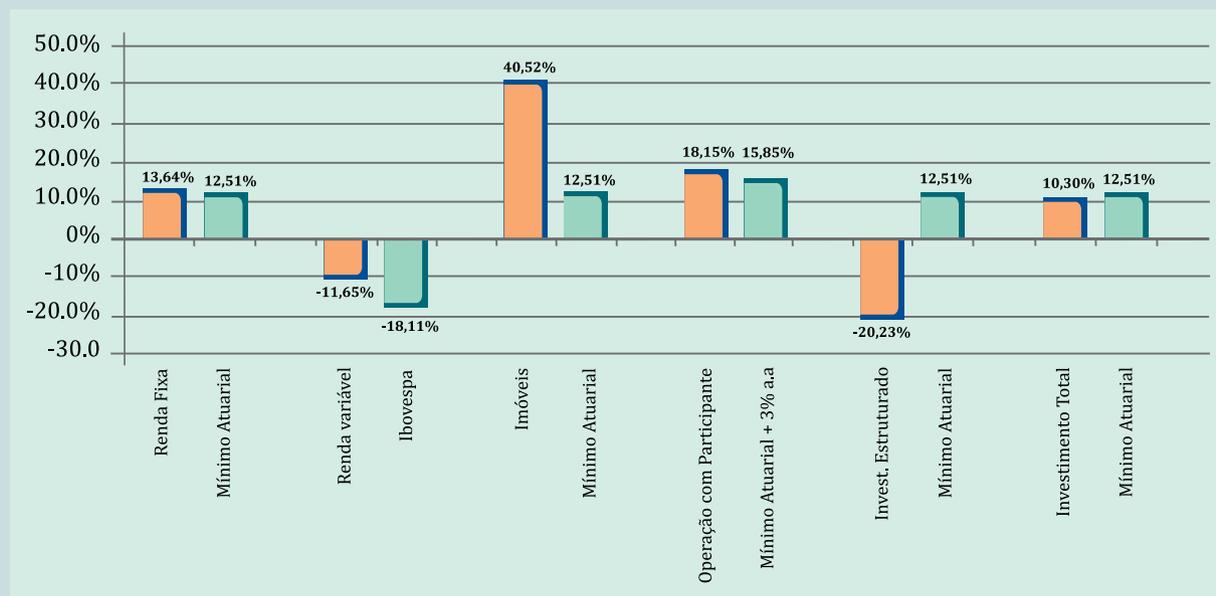
Tabela 17 – Composição da Carteira de Investimentos

Composição da Carteira de Investimentos da Desban / 2011 – Em R\$ Mil										
Segmento	Plano BDMG		PGA		Assistencial		Plano BDMG – CV		Consolidado	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Segmento de Renda Fixa	517.484	77,91%	4.764	86,88%	21.056	100,00%	523	100,00%	543.828	78,67%
Títulos Privados	137.291	20,67%	2.138	38,98%	8.741	41,51%	-	0,00%	148.170	21,43%
CDB's	81.343	12,25%	2.138	38,98%	7.070	33,58%	-	0,00%	90.550	13,10%
DPGE's	18.456	2,78%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	18.456	2,67%
Letra Financeira	-	0,00%	-	0,00%	1.671	7,94%	-	0,00%	1.671	0,24%
Debêntures	10.336	1,56%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	10.336	1,50%
FIDC's	27.156	4,09%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	27.156	3,93%
Títulos Públicos	380.193	57,24%	2.627	47,90%	12.315	58,49%	523	100,00%	395.658	57,24%
NTN-B	380.193	57,24%	1.087	19,82%	11.289	53,62%	-	0,00%	392.569	56,79%
LFT	-	0,00%	126	2,29%	-	0,00%	492	94,07%	618	0,09%
Fundos de Investimentos – RF	-	0,00%	1.414	25,79%	1.025	4,87%	31	5,93%	2.471	0,36%
Segmento de Renda Variável	97.020	14,61%	720	13,12%	-	0,00%	-	0,00%	97.739	14,14%
Ações em Mercado	22.597	3,40%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	22.597	3,27%
Fundo de Investimento – Ações	74.423	11,20%	720	13,12%	-	0,00%	-	0,00%	75.143	10,87%
Segmento de Inv. Estruturados	1.138	0,17%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.138	0,16%
Seg. Operação com Participante	10.879	1,64%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	10.879	1,57%
Empréstimos	10.726	1,61%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	10.726	1,55%
Financiamentos Habitac.	152	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	152	0,02%
Segmento de Imóveis	37.685	5,67%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	37.685	5,45%
Locados a Terceiros	37.685	5,67%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	37.685	5,45%
Programa de Investimentos	664.205	100,00%	5.484	100,00%	21.056	100,00%	523	100,00%	691.268	100,00%

4.2.7 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

◆ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG

Gráfico 20 – Rentabilidade em 2011

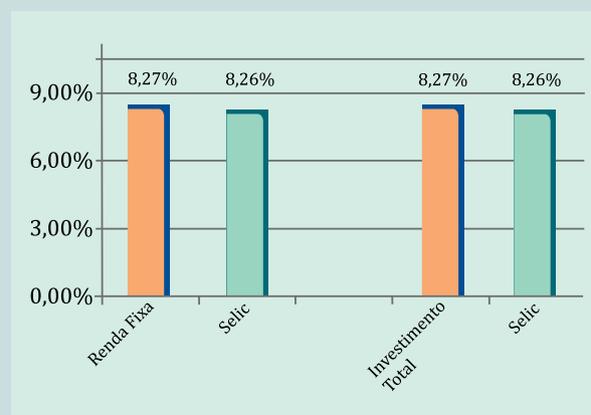


A rentabilidade do plano em 2011 foi de 10,30%, resultado inferior em 2,21 pontos percentuais frente ao mínimo atuarial de 12,51%. Este resultado foi devido principalmente ao retorno negativo do segmento de renda variável que acumulou no ano uma queda de 11,65%. Entretanto, o benchmark do segmento teve variação ainda pior, mostrando uma queda de 18,11% em 2011. O segmento de Renda Fixa, por sua vez, teve uma alta de 13,64% no período, um ganho acima tanto da Meta Atuarial de 12,51%, quanto da Selic de 11,62%. O destaque do segmento foram os títulos públicos federais indexados ao IPCA com rentabilidade de 13,73%. Também contribuíram positivamente, a expressiva rentabilidade do segmento de imóveis, de 40,52%, decorrente da reavaliação dos imóveis, e segmento de Empréstimos e Financiamentos com retorno de 18,15%. Diferentemente, o segmento de operações estruturadas apresentou rentabilidade negativa de 20,23% decorrente basicamente do resultado negativo do Fundo FIEE-Life e do Patria FIQ FIP, fundo de participações constituído em 2010 e ainda em fase de

investimentos. Vale ressaltar que todos os investimentos da DESBAN estão adequados à Política de Investimentos aprovada para o ano de 2011.

◆ Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV

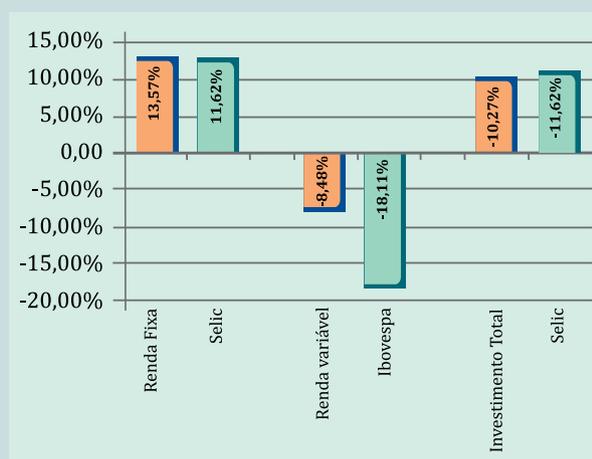
Gráfico 21 – Rentabilidade em 2011



A rentabilidade do plano em 2011 foi de 8,27% desde a sua constituição em 14 de abril de 2011, resultado em linha com a Selic deste mesmo período que foi de 8,26%. Esta rentabilidade reflete a alocação de 100% dos recursos em títulos públicos indexados à Selic.

♦ Plano de Gestão Administrativa – PGA

Gráfico 22 – Rentabilidade em 2011

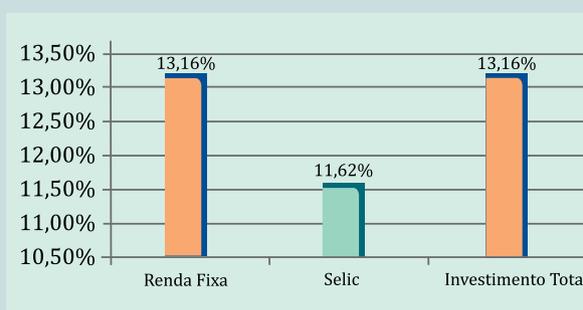


A rentabilidade do plano em 2011 foi de 10,27%, resultado inferior em 1,35 pontos percentuais frente à Selic de 11,62%. Este resultado foi devido principalmente ao retorno negativo do

segmento de renda variável que acumulou no ano uma queda de 8,48%. Entretanto, o benchmark do segmento teve variação ainda pior, mostrando uma queda de 18,11% em 2011. O segmento de Renda Fixa, por sua vez, teve uma alta de 13,57% no período, um ganho acima da Selic de 11,62%, uma relação de 116,78% do benchmark. Vale ressaltar que todos os investimentos da DESBAN estão adequados à Política de Investimentos aprovada para o ano de 2011

♦ Plano Assistencial

Gráfico 23 – Rentabilidade em 2011



A rentabilidade do plano em 2011 foi de 13,16%, resultado superior em 1,54 pontos percentuais frente à Selic de 11,62%, representando 113,23% do benchmark.

5 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O atual cenário econômico-financeiro demonstra a necessidade das empresas de se adequarem à realidade para tornarem-se cada vez mais competitivas. Dentro dessa realidade, a Entidade não mede esforços no sentido de administrar os recursos dos patrocinadores e participantes ativos e assistidos com ética, responsabilidade e eficiência.

5.1 DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO

A despesa com administração do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG é segregada à

Gestão Previdencial, Assistencial e Investimentos. Essa segregação é efetuada através de sistema de alocação direta, combinado com rateio das despesas comuns.

As despesas comuns com a Gestão Assistencial são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa – PGA e transferidas, sendo totalmente reembolsada ao Plano de Benefícios Previdenciário – BDMG.

5.1.1 DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Discriminação	Benefício Definido	Contribuição Variável	TOTAL
Administração Previdencial	2.028.442,42	164.062,01	2.192.504,43
Pessoal e Encargos	1.292.424,54	911,33	1.293.335,87
Treinamentos / Congressos e Seminários	5.501,80	5,04	5.506,84
Viagens e Estadias	15.400,48	13,52	15.414,00
Serviços de Terceiros	360.905,20	55.202,15	416.107,35
Pessoa Física	978,37	2.738,22	3.716,59
Pessoa Jurídica	359.926,83	52.463,93	412.390,76
Consultoria Atuarial	81.304,29	1.680,00	82.984,29
Consultoria Jurídica	196.352,99	-	196.352,99
Informática	76.636,26	50.781,12	127.417,38
Auditoria Contábil	5.582,65	2,81	5.585,46
Outras Despesas	50,64	-	50,64
Despesas Gerais	282.582,03	90.386,86	372.968,89
Depreciações e Amortizações	8.609,94	6,16	8.616,10
Despesas Fiscais e Tributárias	63.018,43	17.536,95	80.555,38
PIS/Cofins	63.018,43	17.536,95	80.555,38
Administração dos Investimentos	2.564.217,20	4.248,89	2.568.466,09
Pessoal e Encargos	1.786.741,42	1.369,52	1.788.110,94
Treinamentos / Congressos e Seminários	8.749,32	7,44	8.756,76
Viagens e Estadias	18.103,27	11,35	18.114,62
Serviços de Terceiros	369.507,91	1.761,77	371.269,68
Pessoa Física	3.149,37	0,88	3.150,25
Pessoa Jurídica	366.358,54	1.760,89	368.119,43
Consultoria dos Investimentos	110.966,31	-	110.966,31
Informática	109.751,45	-	109.751,45
Auditoria Contábil	8.011,01	4,03	8.015,04
Taxa de Custódia	137.628,17	1.756,86	139.385,03
Outras Despesas	1,60	-	1,60
Despesas Gerais	227.177,81	185,16	227.362,97
Depreciações e Amortizações	12.355,05	8,83	12.363,88
Despesas Fiscais e Tributárias	141.582,42	904,82	142.487,24
PIS/Cofins	141.582,42	904,82	142.487,24
TOTAL DAS DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	4.592.659,62	168.310,90	4.760.970,52
DESPESAS DIRETAS COM INVESTIMENTOS	546.831,71	-	546.831,71
Renda Variável	8.271,88	-	8.271,88
Corretagem / Taxas e Emolumentos	8.271,88	-	8.271,88
Carteira Imobiliária	538.559,83	-	538.559,83
Depreciações	509.396,77	-	509.396,77
Condomínio	28.055,37	-	28.055,37
Outras Despesas	1.107,69	-	1.107,69
TOTAL GERAL	5.139.491,33	168.310,90	5.307.802,23

5.1.2 DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO – PLANO ASSISTENCIAL

Discriminação	Valor
Despesas com Pessoal Próprio	1.139.532,82
Serviços de Terceiros	215.111,19
Auditoria Contábil	8.958,00
Consultoria Médica	27.990,00
Consultoria Atuarial	31.014,57
Consultoria de Investimentos	3.028,01
Serviços Médicos	20.886,13
Informática	112.532,39
Taxa de Custódia	6.489,79
Outras despesas com serviços de terceiros	4.212,30
Despesas com Localização e Funcionamento	280.754,60
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	7.036,61
Despesas com Tributos	6.817,07
Provisão para Contingências – Administrativas	208.879,44
PIS / Cofins	208.879,44
Despesas Administrativas Diversas	21.463,23
TOTAL GERAL	1.879.594,96

5.1.3 DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO X ATIVO TOTAL

A relação entre a Despesa com a Administração e o ativo dos planos previdenciais manteve uma média de 0,62% entre 2005 e 2011, sendo que vários fatores influenciam este resultado, tais como o resultado dos investimentos, implantação de novos planos de benefícios, custos decorrentes de ações judiciais, adequação dos sistemas de informática, dentre outros. O aumento observado em 2011 é decorrente principalmente da implantação do Plano de Benefícios Previdenciários BMDG - CV, caracterizado como um custo não recorrente.

Em cumprimento a Instrução nº 5/2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências passivas de natureza previdenciária e tributária relativos a gestão previdencial, administrativa e dos investimentos deverão ser contabilizados no ativo imobilizado. Os saldos exintentes no exercício findo em 31/12/2010 no montante de R\$ 23.353 mil contabilizados em contas redutoras do exigível contingencial foram transferidos e reclassificados.

As despesas alocadas diretamente nos Fluxos dos Investimentos, no montante de R\$ 547 mil, não estão incluídas no total das despesas com administração.

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Administração (A)	2.683	2.933	2.979	3.295	3.435	4.222	4.761
Ativo total (B)	423.125	479.905	540.239	531.294	607.678	663.643	693.587
Varição (A/B)	0,63%	0,61%	0,55%	0,62%	0,57%	0,64%	0,69%

5.1.3.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - BDMG

A relação entre a Despesa com a Administração e o ativo deste plano manteve uma média de 0,61% entre 2005 e 2011, sendo que em 2011 essa relação ficou em 0,66%, decorrente do impacto do resultado negativo da carteira de ações

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Administração (A)	2.683	2.933	2.979	3.295	3.435	4.222	4.593
Ativo total (B)	423.125	479.905	540.239	531.294	607.678	663.643	692.827
Variação (A/B)	0,63%	0,61%	0,55%	0,62%	0,57%	0,64%	0,66%

no aumento do ativo total, conforme já explicado no item 5.1.3, dos custos com a adequação dos sistemas de informática, com a mudança da sede da DESBAN, e como já ocorrido em 2010 também tivemos um aumento de gastos com ações judiciais. Cabe observar que estes custos foram extraordinários.

5.1.3.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - BDMG - CV

Na implantação do plano BDMG CV, o Patronador - Fundador efetuou um aporte inicial no montante de R\$ 373 mil destinados à constituição

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Administração (A)							168
Ativo total (B)							760
Variação (A/B)							22,11%

do fundo administrativo para cobertura do custo de implantação do plano de custo operacional nos primeiros anos de sua vigência. Em 31/12/2011 o montante do fundo administrativo - CV era de R\$ 228 mil.

5.1.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ASSISTENCIAL

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Administração (A)	1.194	1.259	1.438	1.657	1.875	1.781	1.880
Ativo total (B)	7.383	9.325	11.534	14.446	17.389	20.297	22.699
Variação (A/B)	16,17%	13,50%	12,47%	11,47%	10,78%	8,77%	8,28%

5.2 EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo excedente verificado entre os recursos recebidos e as despesas administrativas da Gestão Adminis-

trativa, somado à remuneração e aos recursos que estão aplicados. Tem como finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura com a manutenção das atividades administrativas da Entidade.

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fundo Adm. - Benf. Definido	2.981	3.572	4.239	4.334	5.180	5.211	5.045
Fundo Adm. - Contrib. Variável	-	-	-	-	-	-	228
Total Fundo Administrativo	2.981	3.572	4.239	4.334	5.180	5.211	5.273

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS - BDMG

CONTEÚDO

Quadro 1 - Balanço Patrimonial

Quadro 2 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DPMS (consolidada)

Quadro 3 - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada)

Quadro 4 - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Benefício Definido)

Quadro 5 - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Contribui o Variável)

Quadro 6 - Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Benefício Definido)

Quadro 7 - Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Contribui o Variável)

Quadro 8 - Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - DMAL

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Benefício Definido)

Quadro 9 - Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - DMAL

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Contribui o Variável)

Quadro 10 - Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano - DOAP

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Benefício Definido)

Quadro 11 - Demonstrac es das Obriga es Atuariais do Plano - DOAP

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG - Contribui o Variável)

QUADRO 1**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Exercício 2011	Exercício 2010	PASSIVO	Exercício 2011	Exercício 2010
DISPONÍVEL	424	338	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.098	848
REALIZÁVEL	694.890	664.623	Gestão Previdencial	465	375
Gestão Previdencial	2.604	2.335	Gestão Administrativa	631	465
Gestão Administrativa	1.204	1.038	Investimentos	2	8
Investimentos	691.082	661.250	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	25.952	23.375
Títulos Públicos	381.898	272.808	Gestão Previdencial	3.910	1.235
Créditos Privados e			Gestão Administrativa	1.173	951
Depósitos	112.272	191.879	Investimentos	20.869	21.189
Ações	22.597	27.791	PATRIMÔNIO SOCIAL	668.341	640.836
Fundos de Investimento	104.882	107.723	Patrimônio de Cobertura		
Investimentos Imobiliários	37.685	29.326	do Plano	662.571	635.625
Empréstimos	10.726	10.271	Provisões Matemáticas	686.979	635.334
Financiamentos			Benefícios Concedidos	529.285	442.177
Imobiliários	153	263	Benefícios a Conceder	157.694	193.157
Depósitos Judiciais /			Equilíbrio Técnico	(24.408)	291
Recursais	20.869	21.189	Resultados Realizados	(24.408)	291
PERMANENTE	77	98	Superávit Técnico		
Imobilizado	77	98	Acumulado	-	291
			(-) Déficit Técnico		
			Acumulado	(24.408)	-
			Fundos	5.770	5.211
			Fundos Previdenciais	497	-
			Fundos Administrativos	5.273	5.211
GESTÃO ASSISTENCIAL	22.699	20.297	GESTÃO ASSISTENCIAL	22.699	20.297
TOTAL DO ATIVO	718.090	685.356	TOTAL DO PASSIVO	718.090	685.356

QUADRO 2**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS (CONSOLIDADA)**

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação (%)
	2011	2010	
A - Patrimônio Social - início do exercício	659.151	610.013	8,06
1. Adições	89.058	101.700	(12,43)
(+) Contribuições Previdenciais	12.244	9.142	33,93
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	62.411	79.450	(21,45)
(+) Receitas Administrativas	5.750	5.214	10,28
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	524	517	1,35
(+) Receitas Assistenciais	8.129	7.377	10,19
2. Destinações	(59.259)	(52.562)	12,74
(-) Benefícios	(43.205)	(37.302)	15,82
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.332)	(4.182)	(68,15)
(-) Constituição de Contingências – Gestão Previdencial	(2.675)	(56)	4.676,79
(-) Despesas Administrativas	(5.989)	(5.480)	9,29
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Administrativa	-	(22)	(100,00)
(-) Constituição de Contingências – Gestão Administrativas	(223)	(198)	12,63
(-) Despesas Assistenciais	(5.835)	(5.322)	9,64
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	29.799	49.138	(39,36)
(+/-) Provisões Matemáticas	51.645	46.870	10,19
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.699)	182	(13.670,88)
(+/-) Fundos Previdenciais	497	-	0,00
(+/-) Fundos Administrativos	62	31	100,00
(+/-) Gestão Assistencial	2.294	2.055	11,63
4. Operações Transitórias	-	-	
B - Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	688.950	659.151	4,52

QUADRO 3**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA (CONSOLIDADA)**

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação (%)
	2011	2010	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.211	5.180	0,60
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.274	5.731	9,47
1.1. Receitas	6.274	5.731	9,47
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.532	1.603	(4,43)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.431	1.923	26,42
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	133	126	5,56
Receitas Diretas	200	106	88,68
Resultado Positivo dos Investimentos	524	517	1,35
Reembolso da Gestão Assistencial	1.451	1.456	(0,34)
Outras Receitas	3	-	0,00
2. Despesas Administrativas	6.212	5.678	9,40
2.1. Administração Previdencial	2.193	2.173	0,92
Pessoal e Encargos	1.293	1.369	(5,55)
Treinamentos / Congressos e Seminários	6	9	(33,33)
Viagens e Estadias	15	19	(21,05)
Serviços de Terceiros	416	473	(12,05)
Despesas Gerais	373	213	75,12
Depreciações e Amortizações	9	11	(18,18)
Contingências	81	79	2,53
2.2. Administração dos Investimentos	2.568	2.049	25,33
Pessoal e Encargos	1.788	1.410	26,81
Treinamentos / Congressos e Seminários	9	10	(10,00)
Viagens e Estadias	18	13	38,46
Serviços de Terceiros	371	301	23,26
Despesas Gerais	228	180	26,67
Depreciações e Amortizações	12	16	(25,00)
Contingências	142	119	19,33
2.3. Administração Assistencial	1.451	1.456	(0,34)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	22	(100,00)
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	62	31	100,00
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	62	31	100,00
6. Operações Transitórias	-	-	
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	5.273	5.211	1,19

QUADRO 4**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Benefício Definido)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação (%)
	2011	2010	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.211	5.180	0,60
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.427	4.275	3,56
1.1. Receitas	4.427	4.275	3,56
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.155	1.603	(27,95)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.431	1.923	26,42
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	133	126	5,56
Receitas Diretas	200	106	88,68
Resultado Positivo dos Investimentos	505	517	(2,32)
Outras Receitas	3	-	0,00
2. Despesas Administrativas	4.593	4.222	8,79
2.1. Administração Previdencial	2.029	2.173	(6,63)
2.1.1. Despesas Comuns	1.150	-	0,00
2.1.2. Despesas Específicas	879	2.173	(59,55)
Pessoal e Encargos	387	1.369	(71,73)
Treinamentos / Congressos e Seminários	1	9	(88,89)
Viagens e Estadias	2	19	(89,47)
Serviços de Terceiros	358	473	(24,31)
Despesas Gerais	66	213	(69,01)
Depreciações e Amortizações	2	11	(81,82)
Contingências	63	79	(20,25)
2.2. Administração dos Investimentos	2.564	2.049	25,13
2.2.1. Despesas Comuns	1.578	-	0,00
2.2.2. Despesas Específicas	986	2.049	(51,88)
Pessoal e Encargos	426	1.410	(69,79)
Treinamentos / Congressos e Seminários	1	10	(90,00)
Viagens e Estadias	7	13	(46,15)
Serviços de Terceiros	364	301	20,93
Despesas Gerais	43	180	(76,11)
Depreciações e Amortizações	4	16	(75,00)
Contingências	141	119	18,49
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	22	(100,00)
4. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(166)	31	(635,48)
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	(166)	31	(635,48)
6. Operações Transitórias	-	-	0,00
B) Fundo Administrativo do Período Atual (A+5+6)	5.045	5.211	(3,19)

QUADRO 5**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Contribuição Variável)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em 2011
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	396
1.1. Receitas	396
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	377
Resultado Positivo dos Investimentos	19
2. Despesas Administrativas	168
2.1. Administração Previdencial	164
2.1.1. Despesas Comuns	1
2.1.2. Despesas Específicas	163
Serviços de Terceiros	55
Despesas Gerais	90
Contingências	18
2.2. Administração dos Investimentos	4
2.2.1. Despesas Comuns	1
2.2.2. Despesas Específicas	3
Serviços de Terceiros	2
Contingências	1
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-
4. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	228
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	228
6. Operações Transitórias	-
B) Fundo Administrativo do Período Atual (A+5+6)	228

QUADRO 6**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LIQUIDO - DAL**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Benefício Definido)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação (%)
	2011	2010	
1. Ativos	692.827	663.643	4,40
Disponível	104	162	(35,80)
Recebível	7.649	7.545	1,38
Investimento	685.074	655.936	4,44
Títulos Públicos	380.193	272.411	39,57
Créditos Privados e Depósitos	110.135	188.052	(41,43)
Ações	22.597	27.791	(18,69)
Fundos de Investimento	102.717	106.633	(3,67)
Investimentos Imobiliários	37.685	29.326	28,50
Empréstimos	10.726	10.271	4,43
Financiamentos Imobiliários	152	263	(42,21)
Depósitos Judiciais / Recursais	20.869	21.189	(1,51)
2. Obrigações	25.246	22.807	10,69
Operacional	467	383	21,93
Contingencial	24.779	22.424	10,50
3. Fundos não Previdenciais	5.045	5.211	(3,19)
Fundos Administrativos	5.045	5.211	(3,19)
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	662.536	635.625	4,23
Provisões Matemáticas	686.944	635.334	8,12
Superávit / Déficit Técnico	(24.408)	291	(8.487,63)

QUADRO 7**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LIQUIDO - DAL**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Contribuição Variável)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em 2011
1. Ativos	760
Disponível	9
Recebível	228
Investimento	523
Títulos Públicos	492
Fundos de Investimento	31
2. Obrigações	-
3. Fundos não Previdenciais	228
Fundos Administrativos	228
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	532
Provisões Matemáticas	35
Fundos Previdenciais	497

QUADRO 8**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Benefício Definido)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação (%)
	2011	2010	
A - Ativo Líquido - início do exercício	635.625	588.573	7,99
1. Adições	75.278	90.195	(16,54)
(+) Contribuições	12.906	10.745	20,11
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	62.372	79.450	(21,50)
2. Destinações	(48.367)	(43.143)	12,11
(-) Benefícios	(43.205)	(37.302)	15,82
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(1.332)	(4.182)	(68,15)
(-) Constituição de Contingências – Gestão Previdencial	(2.675)	(56)	4.676,79
(-) Custeio Administrativo	(1.155)	(1.603)	(27,95)
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	26.911	47.052	(42,81)
(+/-) Provisões Matemáticas	51.610	46.870	10,11
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.699)	182	(13.670,88)
4. Operações Transitórias	-	-	0,00
B - Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	662.536	635.625	4,23
C - Fundos não Previdenciais			
(+/-) Fundos Administrativos	5.045	5.211	(3,19)

QUADRO 9**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Contribuição Variável)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em 2011
A - Ativo Líquido - início do exercício	-
1. Adições	909
(+) Contribuições	870
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	39
2. Destinações	(377)
(-) Custeio Administrativo	(377)
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	532
(+/-) Provisões Matemáticas	35
(+/-) Fundos Previdenciais	497
4. Operações Transitórias	-
B - Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	532
C - Fundos não Previdenciais	
(+/-) Fundos Administrativos	228

QUADRO 10**DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO - DOAP**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Benefício Definido)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação (%)
	2011	2010	
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	662.536	635.625	4,23
1. Provisões Matemáticas	686.944	635.334	8,12
1.1. Benefícios Concedidos	529.285	442.177	19,70
Benefício Definido	529.285	442.177	19,70
1.2. Benefício a Conceder	157.659	193.157	(18,38)
Benefício Definido	157.659	193.157	(18,38)
2. Equilíbrio Técnico	(24.408)	291	(8.487,63)
2.1. Resultados Realizados	(24.408)	291	(8.487,63)
Superávit técnico acumulado	-	291	(100,00)
Reserva de contingência	-	291	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(24.408)	-	0,00

QUADRO 11**DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO - DOAP**

(Plano de Benefício Previdenciário BDMG – Contribuição Variável)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em 2011
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	35
1. Provisões Matemáticas	35
1.1. Benefícios Concedidos	-
1.2. Benefício a Conceder	35
Contribuição Definida	35
Saldo de contas – parcela patrocinador	16
Saldo de contas – parcela participantes	19
2. Equilíbrio Técnico	-

6.2 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

1. Contexto operacional

A Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de novembro de 1977 e autorizada a funcionar sob a forma de fundação pela Portaria nº 1.885 de 30 de outubro de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Ela é regida pelas Leis Complementares 108/01 e 109/01 e tem como patrocinadores o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.), patrocinador instituidor, e a própria Fundação.

Seu objetivo principal é a instituição e administração de planos de benefícios, obedecendo às normas do Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

O custeio dos Planos de Benefícios Previdenciários - BDMG, administrados pela Desban, são assegurados por contribuições dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores, determinadas segundo fórmulas atuariais, além de receitas provenientes de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/09.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

2. Planos administrados

A Desban administra dois planos de benefícios previdenciários que estão inscritos no Cadastro

Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar mantido pela Previc.

Além dos planos de benefícios previdenciários, a Desban possui um Plano de Gestão Administrativa e administra também, um plano de benefício assistencial registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

♦ **Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – BD – CNPB nº 1979.0036-29.**

Seu objetivo principal é a concessão de complementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previsto no regulamento. A partir de 10 de novembro de 2011 o plano foi fechado pelo BDMG, Patrocinador Instituidor, a novas adesões, com aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, de acordo com a Portaria nº 641.

♦ **Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV – CNPB nº 2011.0001-65.**

Em 13 de janeiro de 2011 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc publicou a Portaria nº 23 autorizando a aplicação do regulamento do Plano.

O plano foi instituído em 29 de abril de 2011, tendo como objetivo principal a concessão de complementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previsto no regulamento.

♦ **Plano de Benefício Assistencial – Pro-Saúde – Registro ANS nº 357669.**

Além do objetivo principal, a Entidade é operadora do Programa de Promoção à Saúde (Pro-Saúde) na modalidade de autogestão, custeado pelos patrocinadores, participantes e assistidos, tendo como objetivo a cobertura de despesas com assistência médica a seus participantes e assistidos, empregados do BDMG e da própria Fundação, e aos seus dependentes.

◆ Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa – PGA tem como finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma de seu regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 122 de 22/12/2009.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com a Resolução nº 8/2011 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), que revogou a Resolução CGPC nº 28/2009, da Instrução nº 34/2009 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), da Resolução nº 1.272/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprova a NBC TE 11, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC. Essas práticas não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes de longo prazo.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, como principal característica, a contabilização por plano de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios de natureza previdencial e assistencial administrados pela EFPC, bem como o plano de gestão administrativa e o Fluxo dos Investimentos, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Em conformidade com o item 17 das Normas Gerais da Resolução CNPC nº 8/2011, são apresentadas os seguintes demonstrativos contábeis:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS – Consolidada;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Consolidada;
- d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL – por plano de benefício previdencial;
- e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL – por plano de benefício previdencial;
- f) Demonstração das Obrigações Atuariais do

Plano – DOAP – por plano de benefício previdencial;

- g) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Em cumprimento à Instrução nº 5/2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências passivas de natureza previdenciária e tributária relativos à Gestão Previdencial, Administrativa e dos Investimentos deverão ser contabilizados no Ativo – Realizável. Os saldos existentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contabilizados em contas reductoras do Exigível Contingencial foram transferidos e reclassificados.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão sendo apresentadas em milhares de reais e em conjunto com as correspondentes de 2010, reclassificadas, quando aplicável, de forma a permitir a comparabilidade.

A contabilização e os demonstrativos contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e estão apresentados, nessas demonstrações, somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (Ativo e Passivo) e a demonstração de resultados.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas como segue:

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas / Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime de competência de exercícios, exceto as operações com autopatrocinados, da modalidade de contribuição variável, que são reconhecidas no momento do efetivo recebimento/pagamento.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

c. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa deverá ser constituída em conformidade com o disposto nos itens 9 a 11, Anexo A, da Instrução nº 34/2009 da SPC.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

d. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em caixa (fundo fixo) e em bancos conta movimento na data do balanço.

e. Realizável

É demonstrado pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

▪ Gestão previdencial

É demonstrada pelos valores a receber do plano de benefício de natureza previdencial.

▪ Gestão administrativa

É demonstrada pelos valores a receber do plano de gestão administrativa.

▪ Investimentos

São demonstrados por tipo de ativo (títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos e outros realizáveis), sendo alocados no grupo de ativos por emissor.

I. Títulos públicos, créditos privados e depósitos

A aquisição de ativos de renda fixa deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos.

Conforme estabelecido pelas Resoluções do CGPC nº 4/2002, nº 15/2005 e nº 22/2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio dos “investimentos – realizável”, segundo as duas categorias, a saber:

- i) *Títulos para negociação* – registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais são avaliados pelo valor de mercado e cujos efeitos são reconhecidos mensalmente na DMPS e DMAL.
- ii) *Títulos mantidos até o vencimento* – registra os títulos de renda fixa com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição, que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, bem como, sejam classificados como de baixo risco por agência de risco do país, sendo avaliados pela taxa intrínseca dos títulos,

ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como “para negociação” são apurados com base em cotações divulgadas e estimativas de valores de realização. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos.

II. Ações

A carteira de ações é contabilizada pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas e avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos na DMPS e DMAL.

III. Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas, incluindo, quando for o caso, as taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgados pelos seus administradores. As variações resultantes no valor da cota são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos na DMPS e DMAL..

IV. Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independentes, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 8/2011.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação, e sua contrapartida é lançada como despesa de investimentos na DMPS e DMAL..

V. Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São demonstrados ao custo ou valores desembolsados mais rendimentos auferidos, computados em base pro rata, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

VI. Depósitos Judiciais / Recursais

Representam os depósitos judiciais / recursais relativos às contingências passivas dos investimentos.

f. Permanente

Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Descrição	Taxa anual
Instalações em geral	10%
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10%
Sistemas de comunicação (exceto direito de uso)	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventilador – condicionador de ar	25%
Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15%
Software	20%

A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis, conforme determina a Resolução CNPC nº 8/2011, após aprovação formal da Diretoria Executiva, em 29 de dezembro de 2011.

g. Exigível operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões para pagamentos a efetuar constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos até a data do balanço.

h. Exigível contingencial

Esta demonstrada por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências pela sua melhor estimativa de perda conforme normas do Conselho Federal de Contabilidade. No caso de classificação como per-

da provável, há o reconhecimento e divulgação. Nos casos de perda possível, ocorre apenas a divulgação em Nota Explicativa. Quando a estimativa de perda é remota, não há evidenciação nas demonstrações financeiras.

i. Exigível atuarial

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (nota 12).

Benefícios concedidos: registram o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a conceder: registram o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais participantes ativos, calculados com base no valor atual desses benefícios e das contribuições que os participantes e seus respectivos patrocinadores recolherão à Entidade.

j. Custeio administrativo

Atendendo à determinação da Resolução CGPC nº 29/2009 e CNPC nº 8/2011, constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela EFPC:

- a. Contribuição dos participantes e assistidos;
- b. Contribuição dos patrocinadores;
- c. Resultado dos investimentos do PGA;
- d. Receitas administrativas; e
- e. Fundo administrativo.

As despesas administrativas dos planos de benefícios são classificadas em comuns e específicas, sendo:

- a. Despesas administrativas comuns: gastos realizados pela Entidade comuns a mais de um plano de benefícios;
- b. Despesas administrativas específicas: gastos realizados pela Entidade vinculados especificamente a um plano de benefícios;

Para as despesas administrativas vinculadas a mais de um plano de benefícios, são adotados critérios uniformes e objetivos de rateio entre os planos de benefícios, sendo objeto de revisão periódica.

Os critérios de rateio das despesas administrativas vinculadas ao conjunto de planos de benefícios são aprovados pela Diretoria Executiva.

As despesas administrativas específicas serão alocadas diretamente nos planos de benefícios que as originaram, sem nenhuma forma de rateio.

As despesas administrativas realizadas com a gestão administrativa do plano de assistência à saúde são reembolsadas na sua totalidade.

5. Disponibilidades

Descrição	2011	2010
Caixa (fundo fixo)	-	1
Bancos conta movimento	<u>424</u>	<u>337</u>
	<u>424</u>	<u>338</u>

6. Realizável

Descrição	2011	2010
Benefícios INSS (a)	1.216	1.020
Depósitos judiciais/ recursais (b)	1.376	1.235
Outros recursos a receber (c)	<u>12</u>	<u>80</u>
	<u>2.604</u>	<u>2.335</u>

I. Gestão Previdencial

♦ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – Benefício Definido

- a. Referem-se ao pagamento efetuado aos participantes assistidos relativo aos benefícios previdenciais de responsabilidade do INSS e reembolsado à Entidade em janeiro de 2012.

Em 25 de fevereiro de 1980, o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (antiga denominação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) aprovou a proposta de convênio da Desban para o processamento e o pagamento de benefícios previdenciários.

Em 10 de janeiro de 1986, o INPS e a Entidade

assinaram o Convênio de Benefícios Acidentários pelo qual a Entidade se comprometeu a processar e a pagar os auxílios-doença devidos aos participantes, quando acidentados no trabalho, e, se couber, o abono anual de que trata o Art. 151, Inciso II, do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080/79.

Em ambos os convênios, o INSS se compromete a reembolsar a Entidade, em prazo não superior a 30 dias, das importâncias despendidas em cada mês com o pagamento de benefícios previdenciários.

- b. Refere-se aos depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências passivas de natureza previdenciária.
- c. Refere-se a contribuições em atraso de participante e patrocinadora.

- a. Referem-se ao pagamento de adiantamento de férias efetuado aos funcionários da Entidade;
- b. Referem-se ao pagamento de vale-transporte e prêmio de seguro de responsabilidade civil dos dirigentes;
- c. Referem-se aos depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências passivas de natureza administrativa.
- d. Referem-se ao débito do Bradesco S/A relativo às parcelas de novembro e dezembro/2011 do convênio de cooperação técnica e administrativa.

II. Gestão Administrativa

Descrição	2011	2010
Adiantamentos a empregados (a)	8	5
Despesas antecipadas (b)	13	23
Depósitos judiciais/ recursais (c)	1.148	929
Devedores diversos – pessoa jurídica (d)	35	81
	<u>1.204</u>	<u>1.038</u>

III. Investimento

a. Títulos e valores mobiliários

♦ Títulos e Valores mobiliários – Consolidado

Descrição	Consolidado	
	2011	2010
Títulos Públicos Federais	381.898	272.808
Notas do Tesouro Nacional	381.280	272.808
Letras Financeiras do Tesouro	618	-
Créditos Privados e Depósitos	112.272	191.879
Instituições Financeiras	101.936	159.462
Certificados de Depósitos Bancários	83.480	143.425
Depósitos a Prazo Garantia Especial	18.456	16.037
Companhias Abertas	10.336	32.417
Debêntures não Conversíveis	10.336	32.417
Ações	22.597	27.791
Instituições Financeiras	2.586	2.986
Companhias Abertas	20.011	24.805
Fundos de Investimentos	104.882	107.723
Referenciado	1.445	5.364
Renda Fixa	-	402
Ações	75.143	83.816
Multimercado	-	4.145
Direitos Creditórios	27.156	12.908
Empresas Emergentes	-	568
Participações	1.138	520
	621.649	600.201

♦ Títulos e Valores mobiliários – Por plano

Descrição	Previdenciário – BD		Previdenciário – CV		PGA	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Títulos Públicos Federais	380.193	272.411	492	-	1.213	397
Notas do Tesouro Nacional	380.193	272.411	-	-	1.087	397
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	492	-	126	-
Créditos Privados e Depósitos	110.135	188.052	-	-	2.137	3.827
Instituições Financeiras	99.799	155.635	-	-	2.137	3.827
Certificados de Depósitos Bancários	81.343	139.598	-	-	2.137	3.827
Depósitos a Prazo Garantia Especial	18.456	16.037	-	-	-	-
Companhias Abertas	10.336	32.417	-	-	-	-
Debêntures não Conversíveis	10.336	32.417	-	-	-	-
Ações	22.597	27.791	-	-	-	-
Instituições Financeiras	2.586	2.986	-	-	-	-
Companhias Abertas	20.011	24.805	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	102.717	106.633	31	-	2.134	1.090
Referenciado	-	5.061	31	-	1.414	303
Renda Fixa	-	402	-	-	-	-
Ações	74.423	83.029	-	-	720	787
Multimercado	-	4.145	-	-	-	-
Direitos Creditórios	27.156	12.908	-	-	-	-
Empresas Emergentes	-	568	-	-	-	-
Participações	1.138	520	-	-	-	-
	615.642	594.887	523	-	5.484	5.314

Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

♦ Planos de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais que 360 dias	2011	2010
				Total	Total
Títulos públicos federais	-	-	380.193	380.193	272.411
Certificados de depósitos bancários	66.072	11.949	3.322	81.343	139.598
Quotas fundos investimentos referenciado	-	-	-	-	5.061
Quotas fundos investimentos renda fixa	-	-	-	-	402
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	-	-	27.156	27.156	12.908
Quotas fundos investimentos estruturados - participações	-	-	1.138	1.138	520
Quotas fundos investimentos estruturados - multimercado	-	-	-	-	4.145
Quotas fundos investimentos empresas emergentes	-	-	-	-	568
Debêntures não conversíveis	1.339	-	8.997	10.336	32.417
Ações	22.597	-	-	22.597	27.791
Depósitos a prazo garantia especial	-	-	18.456	18.456	16.037
Quotas fundos investimentos renda variável	<u>74.423</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.423</u>	<u>83.029</u>
	<u>164.431</u>	<u>11.949</u>	<u>439.262</u>	<u>615.642</u>	<u>594.887</u>

♦ Planos de Benefícios Previdenciários – BDMG – CV:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais que 360 dias	2011	2010
				Total	Total
Títulos públicos federais	-	-	492	492	-
Quotas fundos investimentos referenciado	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>
	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>492</u>	<u>523</u>	<u>-</u>

♦ Plano de Gestão Administrativa – PGA:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais que 360 dias	2011	2010
				Total	Total
Títulos públicos federais	-	-1.213	1.213	397	
Certificados de depósitos bancários	1.921	216	-	2.137	3.827
Quotas fundos investimentos referenciado	1.414	-	-	1.414	303
Quotas fundos investimentos renda variável	<u>720</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>720</u>	<u>787</u>
	<u>4.055</u>	<u>216</u>	<u>1.213</u>	<u>5.484</u>	<u>5.314</u>

A Fundação classifica os títulos e valores mobiliários como segue:

Títulos para negociação

Os títulos para negociação são registrados contabilmente pela curva do papel e ajustados a valor de mercado. Os títulos públicos federais são marcados pela taxa média divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Fi-

nanceiro e de Capitais (Anbima); os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, pela oferta de mercado das instituições emissoras; as quotas de fundos de investimentos em empresas emergentes, fundos de investimento em renda fixa e em Fundo de Investimento em Direito Creditórios (FIDCs) foram registradas pelo valor da cota diária informada pelos administradores.

◆ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD:

Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Valor do ajuste
Certificados de depósitos bancários	81.343	81.343	-
Título Público Federal	32.040	32.156	116
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	27.156	27.156	-
Debênture não conversível	697	697	-
Quotas fundos investimentos estruturados – participações	1.138	1.138	-
Quotas fundos investimentos renda variável	<u>74.423</u>	<u>74.423</u>	<u>-</u>
	<u>216.797</u>	<u>216.913</u>	<u>116</u>

◆ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – CV:

Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Valor do ajuste
Título Público Federal	492	492	-
Quotas fundos investimentos referenciado	<u>31</u>	<u>31</u>	<u>-</u>
	<u>523</u>	<u>523</u>	<u>-</u>

◆ Plano de Gestão Administrativa – PGA:

Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Valor do ajuste
Título Público Federal	1.181	1.213	32
Certificados de Depósitos Bancários	2.137	2.137	-
Quotas fundos investimentos referenciado	1.414	1.414	-
Quotas fundos investimentos renda variável	<u>720</u>	<u>720</u>	<u>-</u>
	<u>5.452</u>	<u>5.484</u>	<u>32</u>

Títulos mantidos até o vencimento

Os valores atualizados (acrescidos dos rendimentos nominais) dos títulos e valores mobiliá-

♦ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD:

Descrição	Valor atualizado
Título Publico Federal	348.153
Depósito a prazo garantia especial	18.456
Debêntures não conversíveis	<u>9.639</u>
	<u>376.248</u>

No exercício de 2011, a Entidade alienou Títulos Públicos Federais (NTN-B), classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”,

rios, classificados nesta modalidade, podem ser assim demonstrados:

gerando um efeito líquido positivo de R\$257 no resultado, assim demonstrado:

Data	Quantidade	Valor negociado	Valor contabilizado	Resultado
24/02/2011	13.065	<u>26.729</u>	<u>26.472</u>	<u>257</u>
		<u>26.729</u>	<u>26.472</u>	<u>257</u>

Esse procedimento teve como objetivo principal a aquisição de títulos da mesma natureza, proporcionando o alongamento da carteira de investimento do segmento de renda fixa, considerando que a expectativa para os juros de longo de prazo é de baixa, assim como visando à redução da concentração dos vencimentos dos títulos, adequando, conseqüentemente, o fluxo aos compromissos atuariais.

A Entidade tem intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, considerando possuir capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações e do perfil do exigível atuarial.

b. Investimentos imobiliários

Descrição	2011	2010
Edificações para renda	22.604	19.068
Rendas de participações	<u>15.081</u>	<u>10.258</u>
	<u>37.685</u>	<u>29.326</u>

♦ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD

Estão demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independen-

tes, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 8/2011. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação.

Em dezembro de 2011, a Entidade promoveu a

reavaliação de 500 vagas de garagem do Condomínio Life Center Parking, parte integrante do empreendimento denominado Lifecenter, localizado à Av. do Contorno, nº 4.747, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, elaborada pela empresa especializada Raja Engenharia Ltda., cujo laudo técnico buscou atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item

9.1 da NBR nº 14.653 (Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos) da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A reavaliação foi contabilizada em dezembro de 2011 e gerou um efeito líquido positivo de R\$3.848 no resultado de 2011 na DMPS e DMAL., assim demonstrado:

Em dezembro de 2011, a Entidade promoveu a reavaliação do imóvel denominado Complexo

	Saldo antes da reavaliação	Efeito líquido da reavaliação	Saldo após a reavaliação
Edificações para renda	18.652	3.848	22.500

Hospitalar Lifecenter, localizado à Rua Prof. Estevão Pinto nº 15, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, elaborada pela empresa especializada Raja Engenharia Ltda., cujo laudo técnico buscou atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653

(Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos) da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O procedimento gerou um efeito líquido positivo de R\$4.753 no resultado de 2011, assim demonstrado:

	Saldo antes da reavaliação	Efeito líquido da reavaliação	Saldo após a reavaliação
Participações – complexo hospitalar	10.032	4.753	14.785

No exercício de 2011, a Desban registrou uma reversão de provisão para perda no montante de

R\$87, relativa à recuperação de créditos com locação de imóveis a terceiros.

c. Operações com participantes

♦ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD

Descrição	2011	2010
Empréstimos	10.726	10.271
Financiamentos imobiliários	153	263
	<u>10.879</u>	<u>10.534</u>

As operações com participantes estão registradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro. Compreendem a carteira dos empréstimos simples e financiamentos imobiliários, cujas condições prevêm as seguintes atualizações:

Simples: atualização monetária mensal pelo índice nacional de preço ao consumidor amplo (IPCA), juros nominais de

0,74% a.m, taxa de administração de 0,10% a.m. incidentes sobre o saldo devedor.

Habitacional: atualização monetária pelo mesmo índice utilizado para atualização das provisões matemáticas, mais juros de 12% a.a. e reajuste das prestações com periodicidade mínima anual.

d. Depósitos Judiciais / Recursais

A Entidade obteve liminar em ação cautelar movida contra a União Federal para recolhimento do imposto de renda sobre rendimentos auferidos das aplicações financeiras relativo ao período de janeiro de 1994 a agosto de 2001 por meio de

depósito judicial no montante de R\$21.189, sendo R\$ 320 do Plano de Benefício Assistencial.

A redução no montante de R\$320 em relação ao exercício de 2010 se refere a ajuste de depósito judicial contabilizado a maior quando da segregação com o Plano de Benefício Assistencial.

◆ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD

Descrição	2011	2010
Imposto de Renda – RET	<u>20.869</u>	<u>21.189</u>

7. Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Movimentação		Movimentação		Saldo em 31/12/2010
		Aquisições	Baixa	Depreciação / Amortização	Baixa	
Móveis e utensílios	20	1	-	5	-	16
Maquinas e equipamentos	15	7	14	3	10	15
Computadores e periféricos	45	11	61	18	60	37
Sistemas aplicativos – softwares	18	-	1	9	1	9
	<u>98</u>	<u>19</u>	<u>76</u>	<u>35</u>	<u>71</u>	<u>77</u>

8. Exigível operacional

I. Gestão previdencial

◆ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD

Descrição	2011	2010
Benefícios a pagar – aposentadoria (a)	4	4
Retenções a recolher – IRRF (b)	456	371
Credores diversos – PJ (c)	<u>5</u>	<u>-</u>
	<u>465</u>	<u>375</u>

a) Referem-se ao benefício previdencial de participante assistido falecido, dependendo de decisão judicial para liberação aos herdeiros.

b) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento dos benefícios

previdenciais relativo ao mês de dezembro de 2011.

c) Refere-se a recebimento a maior de contribuição do Patrocinador em dezembro/2011.

II. Gestão administrativa

Descrição	2011	2010
Contas a pagar		
Obrigações com pessoal próprio (a)	413	302
Obrigações com pessoal cedido (b)	42	72
Fornecedores (c)	58	38
Aluguéis a pagar (d)	10	13
Tributos e retenções a recolher (e)	<u>108</u>	<u>40</u>
	<u>631</u>	<u>465</u>

- a. Referem-se às obrigações com funcionários, como provisão de férias e encargos sociais.
- b. Referem-se às obrigações com pessoal cedido pelo patrocinador instituidor relativas ao mês de dezembro de 2011.
- c. Referem-se às obrigações com fornecedores relativas ao fornecimento de serviços e materiais para manutenção das atividades da Entidade.

- d. Referem-se ao aluguel do imóvel onde funciona a Entidade relativa ao mês de dezembro de 2011.
- e. Referem-se aos tributos e impostos / contribuições retidos dos funcionários e dos prestadores de serviços relativos ao mês de dezembro de 2011.

III. Investimentos

◆ Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – BD

Descrição	2011	2010
Investimentos imobiliários	-	7
Contas a pagar (a)	-	7
Empréstimos	2	1
IOF sobre empréstimos (b)	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>2</u>	<u>8</u>

- a. Referem-se a recebimento indevido do Hospital Life Center. A devolução foi efetuada em janeiro de 2011.

- b. Refere-se ao IOF sobre a liberação de empréstimos aos participantes e assistidos.

9. Exigível contingencial

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, foi constituído provisões para fazer face às prováveis perdas decorrentes de ações judiciais movidas contra a Entidade.

- a. Processos de natureza tributária

Imposto de renda

Trata-se de autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto é a exigência integral do imposto de renda da Desban no período de competência de fevereiro de 1994 a agosto de 2001. Os valores das autuações, na época, perfizeram o montante de R\$21.189.

COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

Auto de infração lavrado pela Secretária da Receita Federal do Brasil pela suposta falta de recolhimento da COFINS no período compreendido entre fevereiro de 1999 a julho de 2002, no valor de R\$ 648. Após decisão administrativa, foram cancelados os lançamentos referentes aos fatos geradores ocorridos entre 02/1999 a 08/2001, visto a adesão a MP nº 2.222/2001. Os lançamentos referentes às competências 09/2001 a 04/2002 tiveram sua exigibilidade suspensa, visto o depósito realizado no próprio processo administrativo. Já os períodos de 05 a 07/2002, cuja exigibilidade é imediata, foram consolidados num outro processo administrativo para cobrança.

PIS (Programa de Integração Social)

Trata-se de auto de infração lavrado pela Secretária da Receita Federal do Brasil pela suposta falta de recolhimento do PIS no período de janeiro de 1997 a julho de 2002, no valor de R\$ 216.

Contingências Tributárias – Provisão Contingencial

♦ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD

Descrição	2011	2010
Imposto de Renda – RET	<u>20.869</u>	<u>21.189</u>

A redução no montante de R\$320 em relação ao exercício de 2010 se refere a ajuste de provisão efetuada a maior na segregação da contingência

Após decisão administrativa, foram cancelados os lançamentos referentes aos fatos geradores ocorridos entre 01/1997 a 08/2001, visto a adesão a MP nº 2.222/2001. Os lançamentos referentes às competências 09/2001 a 04/2002 tiveram sua exigibilidade suspensa, visto o depósito realizado no próprio processo administrativo. Já os períodos de 05 a 07/2002, cuja exigibilidade é imediata, foram consolidados num outro processo administrativo para cobrança.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Trata-se de auto de infração lavrado pela Secretária da Receita Federal do Brasil em virtude da falta de recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 2001, no montante de R\$6.739. Em 28/06/2011, foi proferida decisão pela última instância administrativa da SRFB, favorável a DESBAN, que cancelou integralmente a autuação da CSLL.

de responsabilidade do Plano de Benefício Assistencial.

♦ Plano de Gestão Administrativa – PGA b.

Descrição	2011	2010
PIS	168	137
Cofins	<u>1.005</u>	<u>814</u>
	<u>1.173</u>	<u>951</u>

b. Processos de natureza previdenciária

Previdenciárias – IPCA/2001-2004

Trata-se de ações de procedimento ordinário em que os autores postulam a aplicação do IPCA

como índice de correção monetária de seus benefícios previdenciários no período de 2001 a 2004, ao argumento de que o índice aplicado pela Desban, correspondente à taxa referencial, teria sido inferior ao IPCA no período mencionado.

Previdenciárias – reajuste de benefício – conversão de moedas (cruzeiro real = plano real)

Trata-se de ação cujo objeto é a revisão e a recomposição de benefício de participante, visto que no momento de transição do plano Cruzeiro Real para o plano Real não foi aplicado pela Desban o percentual devido referente à variação acumulada do índice de atualização monetária da caderneta de poupança, cujo período compreendeu entre maio de 1994 a abril de 1995.

Cível – majoração de benefício

Cuida a presente ação de majoração de benefi-

cios previdenciários administrados pela DESBAN em razão do reconhecimento pela Justiça do Trabalho de diferença de verbas trabalhistas devidas aos ex-empregados do BDMG.

Trabalhista – majoração de benefício

Nestas ações discutem-se a majoração de benefícios previdenciários em decorrência de reflexos de verbas salariais reconhecidas nas reclamações trabalhistas propostas contra o BDMG.

Os saldos do exigível contingencial de natureza previdenciária estão demonstrados a seguir:

♦ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD

Descrição	2011	2010
Processos Judiciais	<u>3.910</u>	<u>1.235</u>

10. Demonstrações financeiras – substituição da DMAL pela DMPS

Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 8/2011 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL foi substituída pela

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS. A conciliação dos saldos da DMAL e DMPS relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Saldo reapresentado
"Patrimônio social (ativo líquido)			
no início do exercício"	653.940	5.211	659.151
Acréscimos no patrimônio			
Fundos administrativos	-	5.211	-

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS), consolidado, destina-se a evidenciar as mutações dos componentes do patrimônio

social, no exercício a que se referir, e discrimina os saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social da Gestão Previdencial e Assistencial.

11. Consolidação das demonstrações financeiras – ajustes e eliminações

Em cumprimento ao disposto no Anexo A, Inciso II, item 6 da Instrução nº 34/2009 da SPC, ao final de cada mês a Entidade deve registrar nos planos de benefícios previdenciais a parcela equivalente à participação no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Demonstramos a seguir a movimentação no exercício relativa aos ajustes efetuados com objetivo de anular os efeitos desse procedimento no balanço consolidado.

No Ativo

Conta: Participação no PGA

Descrição	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD		Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – CV		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial		5.211		5.180		-
-		5.211		5.180		
Movimento no exercício	(166)	31	228	-	62	31
	<u>5.045</u>	<u>5.211</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>5.273</u>	<u>5.211</u>

No Passivo

Conta: Participação no Fundo administrativo do PGA

Descrição	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD		Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – CV		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	5.211	5.180	-	-	5.211	5.180
Movimento no exercício	(166)	31	228	-	62	31
	<u>5.045</u>	<u>5.211</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>5.273</u>	<u>5.211</u>

12. Exigível atuarial

a) Plano de benefícios previdenciários – BDMG – BD

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade do atuário externo contratado pela Entidade, a Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., as quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização, considerando a taxa de juros reais de 5,50% ao ano.

Para avaliação do fluxo de receitas, admitiu-se um reajuste de 9,24% nas taxas de contribuição dos participantes e patrocinadores, com destinação de 9% dessa receita para cobertura de despesas administrativas.

Na avaliação atuarial do exercício de 2011, as provisões matemáticas sofreram variações da revisão da premissa relativa ao crescimento real de salário e da rotatividade, além das variações da

massa, aqui incluídas as novas adesões e baixas ocorridas no período. As premissas revistas estão condizentes com a realidade da massa.

As principais hipóteses atuariais e econômicas na apuração do exigível atuarial foram:

- ♦ Taxa de juros: 5,50% ao ano.
- ♦ Projeção do crescimento real de salário: Para os técnicos nível 1T, 2,01% ao ano + 0,65% convenção coletiva; nível 2T, 0,43% ao ano + 0,65% convenção coletiva; nível 2T acima do teto e nível 3T, 0,65% ao ano convenção coletiva. Para analistas de desenvolvimento/advogados nível 3A, 1,84% ao ano + 0,65% convenção coletiva; nível 4A, 1,48% ao ano + 0,65% convenção coletiva; nível 5A, 0,65% ao ano convenção coletiva.
- ♦ Projeção de crescimento real do maior salário de benefícios do INSS: Nula.
- ♦ Projeções de crescimento real do benefício do plano: Nula.
- ♦ Tábua de mortalidade de válidos: AT – 2000.
- ♦ Tábua de mortalidade de Inválidos: IAPB 57.
- ♦ Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

- ♦ Rotatividade: 8,34% até três anos de serviço, 1,42% de três a cinco anos e 0,35% após cinco anos de serviço.
- ♦ Hipótese sobre a composição familiar de pensionistas: composição familiar real.

b) Plano de benefícios previdenciários BDMG – CV

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade da atuária interna da entidade, as quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização financeira, considerando a taxa de juros reais de 4,00% ao ano.

Para avaliação do fluxo de receitas, taxa de contribuição dos participantes e patrocinadores, são destinados 9% dessa receita para cobertura de despesas administrativas.

Devido a modalidade do plano, a reserva de benefícios a conceder é composta pelo saldo de contas constituído com base nas contribuições efetuadas pelo participante e pelo patrocinador em nome de cada participante deduzidas as parcelas destinadas ao custeio administrativo e ao benefício de risco.

Descrição	2011	2010
Saldo inicial	291	109
(+/-) Resultado do exercício	(24.699)	182
	<u>(24.408)</u>	<u>291</u>

14. Fundos

♦ Fundos previdenciais

Plano de benefícios previdenciários BDMG – CV

O fundo previdencial foi constituído com aporte inicial do Patrocinador – Fundador no montan-

Na avaliação atuarial do exercício de 2011, as provisões matemáticas sofreram variações devido a evolução da cota patrimonial do plano. As premissas estão condizentes com a realidade da massa.

Em 31 de dezembro de 2011, o plano não possuía nenhum benefício concedido.

Na data de implantação do Plano, o Patrocinador-Fundador efetuou um aporte inicial no montante de R\$ 457 destinados a cobertura dos benefícios de risco previdencial.

13. Equilíbrio técnico

Superávit (Déficit) técnico

Plano de benefícios previdenciários BDMG – benefício definido

Representa o excedente ou insuficiência patrimonial (superávit/déficit) em relação aos compromissos totais da Fundação. O déficit apurado no exercício foi decorrente do acréscimo do exigível atuarial ter sido superior à valorização dos ativos da entidade, como demonstrado:

Descrição	2011	2010
Saldo inicial	291	109
(+/-) Resultado do exercício	(24.699)	182
	<u>(24.408)</u>	<u>291</u>

Descrição	2011	2010
Aporte inicial	457	-
(+/-) Resultado do exercício	40	-
	<u>497</u>	<u>-</u>

te de R\$ 457 e sua movimentação no exercício pode ser assim resumida:

♦ Fundos Administrativos

No tocante ao fundo da gestão administrativa, a movimentação no exercício pode ser assim resumida:

Descrição	Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – BD		Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG – CV		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	5.211	5.180	-	-	5.211	5.180
Formação / reversão de fundos	(166)	31	228	-	62	31
	<u>5.045</u>	<u>5.211</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>5.273</u>	<u>5.211</u>

Em abril/2011, na implantação do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, na modalidade de contribuição variável, o Patrocinador-Fundador efetuou um aporte inicial no montante

de R\$373 mil destinados a constituição de fundo administrativo com objetivo de cobrir os custos operacionais do plano.

15. Plano de assistência à saúde

A partir de 1º de janeiro de 2010, as entidades fechadas de previdência complementar que operam plano de assistência à saúde a seus participantes e assistidos passaram a utilizar o plano de contas padrão da ANS, em cumprimento à determinação contida no Anexo A, Inciso II, item 4 da Instrução nº 34/2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

As demonstrações financeiras do plano de assistência à saúde, administrado pela Entidade, foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), consoantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e

às normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

Nas demonstrações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar, os eventos relativos ao plano de assistência à saúde aparecem de forma consolidada no ativo, passivo e resultado. Os registros analíticos são apresentados nas demonstrações elaboradas em conformidade com as normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

Apresentamos a movimentação dos eventos contábeis do plano de assistência à saúde nas demonstrações financeiras das EFPC.

Descrição	2011	2010
Ativo	22.699	20.297
Passivo	22.699	20.297
Resultado	<u>2.294</u>	<u>2.055</u>
Receitas	9.580	8.833
Despesas	(7.286)	(6.778)

16. Cobertura de seguros (não auditado)

É política da Entidade manter cobertura de seguros para os bens dos investimentos imobiliários sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

17. Fatos relevantes

a. Ativo Contingente – Repetição de Indébito – Imposto de Renda

A Entidade ajuizou coletivamente ação de repetição de indébito em virtude do Decreto-Lei nº. 2.065/1983, questionando incidência indevida do IR sobre aplicações financeiras no período de 01/1984 a 05/1989. A referida ação foi julgada procedente as fundações, tendo a decisão transitada em julgado em 1993. Em 1995 iniciou-se a execução, havendo apresentação de embargos pela União Federal, julgado parcialmente procedente. Atualmente aguarda – se o julgamento do Recurso Extraordinário aviado pelas partes.

b. Ativo Contingente – OFND

A ABRAPP, representando as suas associadas, ajuizou ação em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e da União Federal. Esta ação tem por objeto a recomposição mo-

netária e dos rendimentos das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND no período de 04/1990 a 02/1991, tendo em vista a substituição do IPC pela BTN no período mencionado. O processo foi julgado procedente a ABRAPP e suas associadas sendo que em 28/09/2008 ação transitou em julgado. Atualmente, apesar da União em 2012 ter proposta ação rescisória, o processo encontra-se na fase de execução. Por força da Resolução de nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade, a DESBAN não promoveu a contabilização dos valores desta ação.

18. Outras informações

a. Administração dos investimentos

Atendendo à determinação da Resolução CMN nº 3.792/09, a Entidade contratou pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários como agente custodiante dos títulos e valores mobiliários e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável.

A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade.

b. Contribuições em atraso - plano previdencial

Nos exercícios de 2011 e 2010, o montante de contribuições previdenciais em atraso atingiu R\$10 e R\$9, respectivamente.

6.3 PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

CONTEÚDO

Quadro 1 – Balanço Patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do Resultado

Quadro 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Patrimônio Social

Quadro 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

QUADRO 1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Exercício 2011	Exercício 2010	PASSIVO	Exercício 2011	Exercício 2010
ATIVO CIRCULANTE	8.227	8.393	PASSIVO CIRCULANTE	660	761
DISPONÍVEL	94	172	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	601	570
REALIZÁVEL	8.133	8.221	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar	61	18
Aplicações	8.095	8.221	Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e não Avisados	540	552
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	34	-	Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora	17	109
Outros Créditos de Oper. Com Planos Assist. à Saúde	34	-	Tributos e Contribuições a Recolher	39	28
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	4	-	Débitos Diversos	3	54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.472	11.904	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.430	1.221
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.369	11.773	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.430	1.221
Aplicações	12.961	10.572	Provisões	1.430	1.221
Valores e Bens	1.408	1.201	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	20.609	18.315
IMOBILIZADO	-	1	Reservas	20.609	18.315
Bens Móveis – Não Hospitalares / Não Odontológicos	-	1	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	20.609	18.315
INTANGÍVEL	103	130			
TOTAL DO ATIVO	22.699	20.297	TOTAL DO PASSIVO	22.699	20.297

QUADRO 2**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	6.351	6.051
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	6.351	5.818
Variação das Provisões Técnicas	-	233
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos	(5.029)	(4.013)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(5.931)	(4.942)
Recuperação de Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	890	925
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	12	4
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	1.322	2.038
Outras Receitas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	763	844
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	(227)	(848)
RESULTADO BRUTO	1.858	2.034
Despesas Administrativas	(1.880)	(1.781)
Outras Despesas Operacionais	(151)	(135)
Outras	(151)	(135)
Resultado Financeiro Líquido	2.467	1.937
Receitas Financeiras	2.467	1.938
Despesas Financeiras	-	(1)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	2.294	2.055
RESULTADO LÍQUIDO	2.294	2.055

QUADRO 3**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PATRIMÔNIO SOCIAL**

(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	16.260	16.260
Lucro / Superávit / Prejuízo Líquido do Exercício	2.055	2.055
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	18.315	18.315
Lucro / Superávit / Prejuízo Líquido do Exercício	2.294	2.294
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	20.609	20.609

QUADRO 4

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em	
	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	6.350	5.814
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	568	621
(+) Outros Recebimentos Operacionais	656	815
(-) Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(4.900)	(4.003)
(-) Pagamento de Pessoal	(1.128)	(1.178)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(267)	(236)
(-) Pagamento de Tributos	(7)	(8)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(207)	(175)
(-) Pagamento de Aluguel	(62)	(61)
(-) Aplicações Financeiras	(364)	(264)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(718)	(1.162)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(78)	162
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(78)	162
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(78)	162
CAIXA – Saldo Inicial	172	10
CAIXA – Saldo Final	94	172
Ativos Livres no Início do Período	18.965	16.378
Ativos Livres no Final do Período	20.125	18.965
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	1.160	2.587

6.4 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

1. Contexto operacional

A Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de novembro de 1977 e autorizada a funcionar sob a forma de fundação pela Portaria nº 1.885 de 30 de outubro de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Ela é regida

pelas Leis Complementares 108/01 e 109/01, e tem como patrocinadores o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.), patrocinador instituidor, e a própria Fundação.

Seu objetivo principal é a instituição e administração de planos de benefícios, obedecendo às normas do Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

Além do seu objetivo principal, a Entidade é operadora do Programa de Promoção à Saúde (Pro-Saúde) na modalidade de autogestão, registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 357669, custeado pelos patrocinadores, participantes e assistidos, tendo como objetivo a cobertura de despesas com assistência médica a seus participantes e assistidos, empregados do BDMG e da própria Fundação, e aos seus dependentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às operadoras de planos de saúde, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis referendados pela ANS.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio da Resolução Normativa nº 247/11, alterou o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2010, de forma a permitir a comparabilidade.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na

elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas como segue:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercícios.

Receitas e despesas

As receitas são originadas, principalmente, das contribuições mensais dos patrocinadores, participantes e assistidos, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto nas Resoluções ANS nº 159/07 e 227/10.

A despesa com eventos/sinistros conhecidos ou avisados é apropriada considerando a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores de serviços pelo seu valor integral.

O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (Peona – Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados), nos moldes da legislação em vigor.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

c. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, em consonância com o artigo 289 §6º da Lei nº 9.457/97 e Instrução Normativa ANS nº 46/11.

d. Ativos circulantes

I – Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, atualizados, quando aplicá-

vel, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- II – A Provisão para Perda sobre Crédito (PPSC) é constituída conforme critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa ANS nº 46/11.

e. Ativos não circulantes

- I – Realizável a longo prazo – os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificados como longo prazo, e apresentados pelo valor presente de realização.
- II – Imobilizado – é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.
- III – Intangível – é demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

A depreciação e amortização são calculadas conforme taxas mencionadas a seguir:

Descrição	Taxa anual
Instalações em geral	10%
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10%
Sistemas de comunicação (exceto direito de uso)	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventilador – condicionador de ar	25%
Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15%
Software	20%

A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros

contábeis. A aprovação formal do inventário pela Diretoria Executiva ocorreu em 29 de dezembro de 2011.

f. Passivos circulantes

- I – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.
- II – As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 209/09.

g. Passivos não circulantes

- I – As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como longo prazo, atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.
- II – As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda provável cujo desembolso possa ser mensurável, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25.

4. Disponibilidades

As disponibilidades representam os recursos financeiros em caixa (fundo fixo) e em bancos conta movimento na data do balanço.

Descrição	2011	2010
Bancos conta movimento	<u>94</u>	<u>172</u>
	<u>94</u>	<u>172</u>

5. Aplicações Financeiras

Aplicações – renda fixa

A aquisição de ativos de renda fixa deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas diretamente no resultado do exercício.

Descrição	2011	2010
Ativo Circulante (1)	<u>8.095</u>	<u>8.221</u>
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	<u>1.025</u>	<u>922</u>
Títulos de Renda Fixa - Privados	<u>1.025</u>	<u>922</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	1.025	922
Aplicações não Vinculadas às Provisões Técnicas	<u>7.070</u>	<u>7.299</u>
Títulos de Renda Fixa - Privados	<u>7.070</u>	<u>7.299</u>
Depósitos Bancários à Prazo - CDB/RDB	7.070	6.793
Cotas de Fundos de Investimentos	-	506
Ativo não Circulante (2)	<u>12.961</u>	<u>10.572</u>
Aplicações não Vinculadas às Provisões Técnicas	<u>12.961</u>	<u>10.572</u>
Títulos de Renda Fixa - Públicos	<u>11.289</u>	<u>10.572</u>
Notas do Tesouro Nacional	11.289	10.572
Títulos de Renda Fixa - Privados	<u>1.672</u>	<u>-</u>
Outros Títulos de Renda Fixa	1.672	-
Total das Aplicações (1+2)	<u>21.056</u>	<u>18.793</u>

Os títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Descrição	Até	De 181	Mais que	2011	2010
	180 dias	a 360 dias	360 dias		
				Total	Total
Notas do Tesouro Nacional	-	-	11.289	11.289	10.572
Certificados de Depósito Bancários	4.676	2.394	-	7.070	6.793
Quotas Fundos Investimento Renda Fixa	-	-	-	-	922
Quotas Fundos Investimento Referenciado	1.025	-	-	1.025	506
Letra Financeira	-	-	1.672	1.672	-
	<u>5.701</u>	<u>2.394</u>	<u>12.961</u>	<u>21.056</u>	<u>18.793</u>

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2011	2010
Contraprestações Pecuniárias a Receber	—	—
Contribuição dos Participantes	2	3
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(2)	(3)
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	34	—
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	35	1
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(1)	(1)
Total Líquido	34	—

Composição dos Saldos por Vencimento

Descrição	2011	2010
Até 30 dias	35	—
Acima de 90 dias	2	4
	37	4

a. Contraprestações pecuniárias/prêmio a receber

Referem-se às contribuições a receber dos participantes. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

b. Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se à co-participação a receber dos beneficiários nos eventos com assistência médica.

c. Provisão para Perda sobre Créditos (PPSC)

A provisão para perdas sobre créditos de con-

traprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias. A Administração da Entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

7. Realizável a longo prazo

a) Depósitos judiciais e fiscais – Referem-se aos valores depositados em juízo resultantes de ações de natureza tributária. Os valores demonstrados a seguir se referem exclusivamente ao Plano de Benefício de Assistência à Saúde.

Descrição	2011	2010
Imposto de Renda – RET	320	320
PIS	153	124
Cofins	935	757
	1.408	1.201

8. Imobilizado e intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Acréscimos	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2011
Imobilizado				
Bens Móveis não Hospitalar				
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1	-	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Intangível				
Intangível não Hospitalar				
Sistema de Computação	130	-	27	103
	<u>130</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>103</u>

9. Passivo circulante

a. Provisões técnicas

Descrição	2011	2010
Provisão de Eventos a Líquidar (i)	61	18
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (ii)	<u>540</u>	<u>552</u>
	<u>601</u>	<u>570</u>

(i). Representa a provisão de eventos ocorridos e ainda não pagos. A RN ANS nº 209/09 determinou a constituição dessa provisão a partir de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador de serviços no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

(ii). Representa a provisão para fazer face ao

pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída em conformidade com a metodologia constante na RN nº 209/09 e 274/11.

Em cumprimento às disposições contidas na RN nº 159/07 e 227/10 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, determinando a constituição de garantias financeiras das provisões técnicas, a Entidade adquiriu cotas do Santander Fundo de Investimento dedicado ao Setor de Saúde Suplementar (ANS Renda Fixa), cujo valor em 31 de dezembro de 2011 atingiu o montante de R\$1.025. Esses recursos encontram-se vinculados à Agência Nacional de Saúde Suplementar, não podendo ser movimentados ou oferecidos à alienação sem a autorização da ANS. (vide nota 5)

b. Fornecedores e outros débitos

Descrição	2011	2010
Operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora (a)	17	109
Tributos e contribuições a recolher (b)	39	28
Débitos diversos (c)	<u>3</u>	<u>54</u>
	<u>59</u>	<u>191</u>

- (a) Referem-se ao débito com fornecedores pela prestação de serviços de substituição de funcionário – Programa de Medicina Preventiva.
- (b) Referem-se aos tributos e contribuições a recolher sobre os serviços prestados por terceiros.
- (c) Referem-se ao débito com fornecedores pelo fornecimento de materiais e serviços.

10. Passivo não circulante

a. Provisões contingenciais

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, foram constituídas provisões para fazer face às prováveis perdas decorrentes de ações judiciais, movidas contra a Entidade, de natureza tributária e cível, conforme descrito a seguir:

◆ Provisões contingenciais – natureza tributária

Imposto de renda

Trata-se de autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto é a exigência integral do imposto de renda da Desban no período de competência de fevereiro de 1994 a agosto de 2001. Nesse sentido, cumpre mencionar que os valores das autuações, na época, perfizeram o montante de R\$21.189, sendo que o montante de responsabilidade do Plano de Assistência à Saúde – Pro-Saúde é de R\$320.

COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

Auto de infração lavrado pela Secretária da Receita Federal do Brasil pela suposta falta de recolhimento da COFINS no período compreendido entre fevereiro de 1999 a julho de 2002, no valor de R\$ 648. Após decisão administrativa, foram cancelados os lançamentos referentes aos fatos geradores ocorridos entre 02/1999 a 08/2001, visto a adesão a MP nº 2.222/2001. Os lançamentos referentes às competências 09/2001 a 04/2002 tiveram sua exigibilidade suspensa, visto o depósito realizado no próprio processo ad-

ministrativo. Já os períodos de 05 a 07/2002, cuja exigibilidade é imediata, foram consolidados num outro processo administrativo para cobrança.

PIS (Programa de Integração Social)

Trata-se de auto de infração lavrado pela Secretária da Receita Federal do Brasil pela suposta falta de recolhimento do PIS no período de janeiro de 1997 a julho de 2002, no valor de R\$ 216. Após decisão administrativa, foram cancelados os lançamentos referentes aos fatos geradores ocorridos entre 01/1997 a 08/2001, visto a adesão a MP nº 2.222/2001. Os lançamentos referentes às competências 09/2001 a 04/2002 tiveram sua exigibilidade suspensa, visto o depósito realizado no próprio processo administrativo. Já os períodos de 05 a 07/2002, cuja exigibilidade é imediata, foram consolidados num outro processo administrativo para cobrança.

Os saldos demonstrados, que se referem exclusivamente ao Plano de Benefício de Assistência à Saúde, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2011	2010
Imposto de Renda – RET	320	320
PIS	155	127
Cofins	942	774
	<u>1.417</u>	<u>1.221</u>

A Entidade possui depósitos judiciais registrados em seu ativo relativos aos processos relacionados. (vide nota 7)

◆ Provisões contingenciais – natureza cível

Trata-se de ação ajuizada por participante do Pro-Saúde postulando danos morais e materiais em razão da suposta falta de atendimento pela rede credenciada. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação apresentada pela Entidade.

Descrição	2011	2010
Processos Judiciais	<u>13</u>	<u>-</u>
	<u>13</u>	<u>-</u>

11. Patrimônio líquido/patrimônio social

O patrimônio é representado pelo excedente ou insuficiência patrimonial (superávit/déficit) em relação aos compromissos totais da Entidade, como demonstrado:

Descrição	2011	2010
Saldo Inicial	18.315	16.260
(+) Resultado do exercício	<u>2.294</u>	<u>2.055</u>
Cofins	<u>20.609</u>	<u>18.315</u>

12. Despesas com administração

As despesas com administração da Entidade são contabilizadas na atividade de previdência complementar e na atividade de assistência à saúde, utilizando-se os seguintes critérios:

- Despesas comuns: são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa da atividade vinculada à previdência complementar. Em seguida, são rateadas entre a atividade de previdência complementar e a atividade de assistência à saúde. As despesas administrativas inerentes à atividade de assistência à saúde registradas no PGA são reembolsadas na sua totalidade à atividade de previdência complementar;
- Despesas específicas: são contabilizadas diretamente na atividade específica.

As despesas com administração estão assim demonstradas:

Descrição	2011	2010
Despesas com pessoal próprio	1.140	1.182
Despesas com serviços de terceiros	215	176
Despesas com localização e funcionamento	281	219
Despesas com publicidade e propaganda institucional	7	5
Despesas com tributos	7	8
Provisão para contingências administrativas	209	172
Despesas administrativas diversas	<u>21</u>	<u>19</u>
	<u>1.880</u>	<u>1.781</u>

13. Operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora

São demonstradas pelas operações com o Programa de Medicina Preventiva, totalmente reembolsado pelos patrocinadores.

14. Cobertura de seguros (não auditado)

É política da Entidade manter cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

15. Conciliação da demonstração do fluxo de caixa

Conforme determinação da agência nacional de saúde suplementar – ans, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto. a legislação vigente determina que a entidade que apresentar a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto efetue a conciliação entre o superávit e o fluxo de caixa das atividades operacionais.

Demonstração dos fluxos de caixas pelo método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010
Atividades operacionais		
Resultado do período	<u>2.294</u>	<u>2.055</u>
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração / utilização de caixa das atividades operacionais:		
	<u>16</u>	<u>(233)</u>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(12)	(238)
Depreciações e amortizações	28	5
Resultado do período ajustado	<u>2.310</u>	<u>1.822</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(2.508)</u>	<u>(1.611)</u>
Aplicações	(2.263)	(1.452)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(34)	-
Créditos de oper. assist. saúde não relac. com plano de saúde da operadora	(4)	-
Outros valores e bens	-	16
Outros créditos a receber a longo prazo	(207)	(175)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>120</u>	<u>65</u>
Débitos de operações de assistência saúde	43	(26)
Débitos de oper. assist. saúde não relac. com plano de saúde da operadora	(92)	8
Tributos e contribuições a recolher	11	(22)
Provisões	209	172
Débitos diversos	(51)	(67)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(78)	276
Atividades de investimento		
Pagamento relativo ao ativo intangível	<u>-</u>	<u>(114)</u>
Caixa líquido das atividades de investimento	-	(114)
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(78)</u>	<u>162</u>
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(78)</u>	<u>162</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	172	10
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	94	172

7 PARECERES E MANIFESTAÇÕES

7.1 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Patrocinadores e participantes da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social

Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de

obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira consolidada da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) por meio da Resolução CNPCC nº 8

de 31 de outubro de 2011 substituiu, as demonstrações das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do fluxo de caixa e da mutação do patrimônio social, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

7.2 PARECER DO ATUÁRIO

7.2.1. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BDMG

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2011.

1. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG, doravante Plano BDMG, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório, sem modificações, datado em 21 de março de 2011.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Antônio de Pádua Soares Pelicarp

Contador – CRC 1MG027739/O-3

As Provisões Matemáticas desse plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2011, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.10.2011, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano BDMG, em 31.12.2011, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28/2009 e IN SPC nº 34/2009, alterada pela IN SNPC nº 05/2011:

Valores em R\$

2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	667.581.239,00
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	662.536.518,00
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	686.944.325,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	529.284.978,00
2.3.1.1.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	529.284.978,00
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	494.661.466,00
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	34.623.512,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	157.659.347,00
2.3.1.1.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	146.539.023,00
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	201.013.096,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(26.792.046,00)
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(27.682.027,00)
2.3.1.1.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	11.120.324,00
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	15.254.168,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(2.033.153,00)
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(2.100.691,00)
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(24.407.807)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(24.407.807)
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(24.407.807)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	5.044.721,00
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	5.044.721,00
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

A Avaliação Atuarial de 2011 foi desenvolvida considerando:

- ◆ o Regulamento do Plano de Benefício Previdenciário - BDMG, cuja última alteração foi aprovada pela Portaria nº 641, de 10/11/2011, autorizando o fechamento do plano;
- ◆ as informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de outubro/2011, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- ◆ os demonstrativos contábeis fornecidos pela DESBAN;
- ◆ as premissas e hipóteses quanto à projeção de crescimento salarial futuro e à rotatividade, definidas e justificadas pelo patrocinador na correspondência DGP-0125- 2011E, de 30.09.2011;
- ◆ Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2 Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

2.1 Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância, admitidas na avaliação atuarial de 2011, destacam-se as indicadas a seguir:

2.1.1 Hipóteses Econômicas e Financeiras

- ◆ Taxa real de juro atuarial: 5,5% a.a.;
- ◆ Indexador Econômico do plano: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- ◆ Crescimento real dos Benefícios do Plano: 0,0%;
- ◆ Fator de capacidade: 0,98;
- ◆ Crescimento real anual de salários: variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador e sintetizado a seguir:

Nível	Técnico		Analista/Advogados	
	Crescimento Salarial (% a.a.)		Crescimento Salarial (% a.a.)	Nível
1T	2,67%		3A	2,50%
2T	1,09%		4A	2,14%
2T acima do Teto	0,65%		5A	0,65%
3T	0,65%		-	-

Para os técnicos de desenvolvimento que ocupam os cargos de confiança de Secretária(o) ou Técnico de Manutenção e para os Analistas, Advogados e Técnicos cujo salário do cargo de confiança é inferior a 1,55 x Salário Base, a taxa de crescimento será definida conforme descrito anteriormente, ou seja, pela posição no cargo efetivo.

Para os demais casos a expectativa de crescimento dos salários é de 0,65% referente à Convenção Coletiva.

2.1.2 Hipóteses Biométricas e Demográficas

- ◆ Mortalidade Geral: AT 2000 Segregada por sexo.
- ◆ Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- ◆ Mortalidade de Inválidos: IAPB 57;
- ◆ Rotatividade:
 - 8,34% até 3 (três) anos de serviço;
 - 1,42% entre 3 (três) e 5 (cinco) anos de serviço;
 - 0,35% após 5 anos de serviço.

2.1.3. Outras Hipóteses

- ◆ Composição familiar do participante ativo: considera-se que 95% dos participantes ativos são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes.
- ◆ Composição familiar do participante assistido: considera-se a estrutura familiar informada e a idade real do cônjuge.

2.2. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Nessa avaliação, admitiu-se o Regime de Capitalização e o Método Agregado para financiemen-

to de todos os benefícios e Institutos do Plano, menos para o benefício de Auxílio- Doença dos primeiros 24 meses, avaliado pelo método de Repartição Simples, e para o benefício de Auxílio-Reclusão, considerado imaterial.

Exceto com relação às hipóteses referentes à projeção de crescimento salarial futuro e à rotatividade, as premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais adotados nesta avaliação não sofreram alteração em relação à Avaliação Atuarial anterior.

O Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG (Relatório RN/DESBAN n° 001/2012, de 03/01/2012), considerou satisfatórias as hipóteses biométricas e econômicas aplicadas ao Plano BDMG, recomendando, entretanto, o acompanhamento das hipóteses referentes aos inválidos e à projeção de crescimento salarial.

3. Plano de Custeio

Em que pese o déficit técnico apurado, deverá ser mantido para 2012 o Plano de Custeio aprovado em 2011, especificado a seguir:

3.1 Participantes Ativos

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto a partir de 2012
SP limitado a 5,625 URD	Mín[1,1825%+2,365% x δ]; 3,5475%]
Excesso do SP em relação a 1,25 URD	10,6425%
Excesso do SP em relação a 3,75 URD	5,9125%

δ = Máximo((Idade de Inscrição no Plano - 18)/30;0)

3.2 Participantes Assistidos

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto a partir de 2012
Complementação de aposentadoria*	8,8688%

* Somente efetuam contribuições para o Plano os assistidos que recebem o abono de aposentadoria

3.3 Patrocinadores

Os patrocinadores efetuam contribuição normal igual às contribuições que os participantes e assistidos pagam globalmente.

Para o custeio administrativo é prevista a destinação de 9% das contribuições vertidas.

4. Situação Econômico-Financeira do Plano

O confronto das reservas matemáticas reavaliadas com o Patrimônio de Cobertura do Plano BDMG em 31.10.2011 revela desequilíbrio técnico de 4,618% desse Patrimônio.

Transpondo as reservas matemáticas reavaliadas para 31.12.2011, o déficit técnico se reduz a 3,68% do Patrimônio de Cobertura, como efeito da recuperação de parte das perdas financeiras no último bimestre do ano.

Quando considerados os resultados dessa avaliação, o superávit técnico registrado no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2010 - DRAA 2010 (0,046% do Patrimônio de Cobertura do Plano) converte-se em déficit técnico. Isto porque, nessa avaliação, as perdas atuariais superaram possíveis ganhos, impossibilitando a manutenção do equilíbrio técnico.

Entre as perdas atuariais observadas, destacam-se aquelas decorrentes do Acordo Coletivo de setembro/2011, que fixou reposição salarial acima do índice esperado (variação do IPCA+ 0,43%) e do desempenho financeiro dos investimentos que, como reflexo da crise econômica mundial, não alcançou o mínimo atuarial esperado, acumulando perda de 2,65% no último ano.

Na atual situação econômico-financeira, as receitas geradas com base no plano de custeio vigente não são suficientes para cobrir o custo total do plano.

No entanto, em conformidade com o que estabelece a Resolução CGPC 26/2008, recomenda-se manter para 2012 o plano de custeio aprovado em 2011, visto que o déficit apurado é conjuntural, inferior a 10% do exigível atuarial e não compromete o fluxo financeiro necessário para honrar os compromissos do plano em 2012. Somente no

caso de a situação deficitária persistir em 2012, o plano de custeio deverá ser revisto.

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do Plano de Benefícios administrado pela DESBAN, sujeito à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores do mencionado plano no último dia útil do exercício de 2011.

O Plano de Benefícios Previdenciários BDMG tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela DESBAN.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 21 de março de 2012.

Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária

CIBA nº 070 Cássia Maria Nogueira

Responsável Técnico Atuarial

MIBA/MTb nº 1.049

7.2.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS BDMG – CV

Parecer atuarial sobre o balancete de - 31/12/2011.

1. Introdução

A data base da avaliação atuarial e do cadastro do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV de Benefícios – CNPB: 2011.0001-65, administrado pela DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social, objeto deste parecer é 31/12/2011.

O motivo da avaliação atuarial é o encerramento do exercício.

Para execução dos trabalhos foram considerados os seguintes pontos:

- ♦ Legislação pertinente em vigor;
- ♦ Regulamento do plano;
- ♦ Nota técnica atuarial do plano;

2. Objetivo

O objetivo desta avaliação atuarial é atender o disposto no artigo 18 da LC nº 109, de 29/05/2001, que determina: “O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador”.

3. Grupo de custeio

Com base na Instrução PREVIC nº 9, de 14 de dezembro de 2010, o custeio do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV será composto pelo seguinte Grupo de custeio:

SEQUENCIAL 01: CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

i. Os custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

Os custos para o ano seguinte se mantêm inalterados com relação ao ano que se encerra, pois, trata-se de um plano que tem os seus custos individualizados nesta fase de acumulação de recursos.

ii. Atualização das variações das provisões matemáticas no exercício encerrado em relação aos valores da avaliação anterior

As provisões matemáticas, composta pelo saldo de contas, são atualizadas mensalmente pela variação das cotas do plano. Portanto, não é feita recorrência nas provisões. As variações são decorrentes da evolução da cota patrimonial.

iii. Os principais riscos atuariais que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação

Como este plano está em fase de acumulação, tendo como característica a contribuição definida, não há a presença do risco atuarial.

4. Sobre o Plano CV de Benefícios

i. Qualidade da base cadastral utilizada

A base de dados disponível na DESBAN, após testes de consistência, foi considerada suficiente e completa para os cálculos.

A população do plano na data base era composta por 5 participantes ativos.

ii. A variação do resultado superavitário no exercício encerrado apontando causas mais prováveis

Como este plano está em fase de acumulação, tendo como característica a contribuição definida, o plano se mantém em equilíbrio técnico.

iii. A natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário acumulado;

Não se aplica.

iv. A natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário acumulado;

Na avaliação do Plano, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou Financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria. O método empregado observa a legislação, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

5. Plano de Custeio

As fontes de receitas dos benefícios oferecidos pelo regulamento do plano serão atendidas pelas seguintes fontes de recursos:

- ◆ Contribuição dos participantes
- ◆ Contribuição dos assistidos
- ◆ Contribuição dos patrocinadores
- ◆ Resultado dos investimentos do patrimônio do plano.

O cálculo das contribuições previdenciais normais dos participantes ativos e do patrocinador

considerou a adesão de novos participantes que foram contratados pelo patrocinador.

6. Fundos

6.1 Fundo de risco

O Fundo de risco formado pelo respectivo aporte inicial patronal e pelo crédito das contribuições de risco, acrescidos do retorno líquido dos investimentos encerrou o ano de 2011 com um saldo de R\$ 497.374,91.

Para o exercício de 2012, serão destinados 8,508% (oito vírgula quinhentos e oito por cento) das contribuições básicas dos participantes e dos patrocinadores para o fundo de risco.

6.2 Fundo administrativo

O Fundo administrativo formado pelo respectivo aporte inicial patronal e pelo crédito das contribuições destinadas à cobertura das despesas administrativas, acrescidos do retorno líquido dos investimentos e debitado as despesas administrativas correntes, encerrou dezembro de 2011 com um saldo de R\$ 228.286,95.

No exercício de 2012, para o custeio Administrativo serão destinados 9% (nove por cento) das contribuições dos participantes e dos patrocinadores vertidas para o plano.

7. Provisões

Em 31/12/2011 não existia saldo na conta provisões matemáticas de benefícios concedidos, haja vista que o plano encontra-se fase de acumulação.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, na mesma data, tinham os seguintes saldos:

Benefícios a conceder:	R\$ 34.507,45
<hr/>	
Saldo de contas – Parcela Patrocinador:	R\$ 15.381,25
<hr/>	
Saldo de contas – Parcela dos Participantes:	R\$ 19.126,20
<hr/>	

O Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV tem o seu patrimônio independente e não é ou será solidário com nenhum outro plano administrado ou que venha a ser administrado pela DESBAN.

Belo Horizonte, 21 de março de 2012.

Juscélia Carvalho Sudré Barbosa

MIBA 1433

7.3 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Manifestação do Conselho Fiscal

Referência: Demonstração Financeira do Exercício de 2011

Em atendimento ao inciso I do artigo 36 do Regimento Interno dos Órgãos Estatutários da Desban e com base na análise efetuada nas demonstrações financeiras de encerramento do exercício de 2011, consubstanciada pelo parecer do atuário responsável pelo planos de benefícios, Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, bem como parecer do auditor independente, KPMG Auditores Independentes, aprovamos por unanimidade e sem ressalvas as referidas demonstrações da Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social.

Belo Horizonte, 22 de março de 2012.

André Luiz Vieira

Carlos César da Silva

Hamilton Couto D'Agostini

Eduardo Tadeu Matosinhos

José Tadeu de Abreu

Marta Ely Dias Oliveira

Sérgio Luiz Costa Fiorini

7.4 PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos

Participantes, Patrocinadores e Diretores da Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social

01 – REUNIÃO: Nº. 0167

02 – ASSUNTO:

Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011.

03 – RESOLUÇÃO:

O Conselho Deliberativo da Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social, no uso de suas atribuições estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social (consolidado), da Mutação do Ativo Líquido (por plano de benefício), do Ativo Líquido (por plano de benefício), do Plano de Gestão Administrativa (consolidado) e por plano de benefício), Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios, examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência à Saúde, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado, do fluxo de caixa e da mutação do Patrimônio Social e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2011, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho fiscal e dos Consultores Atuariais, **RESOLVEU** aprovar por unanimidade, na forma apresentada, os referidos documentos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2012.

Polyana Schetini Martins Silva

Presidente do Conselho Deliberativo



ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretora-superintendente
Silvana Guimarães Mendes Dantas

Diretora-financeira
Iris Lanna de Moraes

Diretora de Seguridade
Silvana Guimarães Mendes Dantas

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Polyana Schetini Martins Silva

Titulares
Ewerton de Oliveira Rocha
Juliana Rodrigues de Paula Chiari
Luciane de Souza Saldanha
Suely Castro Miranda Toledo
Virgílio Rosa Filho

Suplentes

Alexandre Moreira Pena Ramos
Marco Aurélio Clementino
Mônica Borba Fonseca Martins
Renata Caçado Lobato
Saulo Dias de Oliveira
Yuri Raphael Ferracioli

CONSELHO FISCAL

Presidente
Carlos César da Silva

Titulares
André Luís Vieira
José Tadeu de Abreu
Leonardo Viana Cunha

Suplentes
Eduardo Tadeu Matosinhos
Hamilton Couto D'Agostini
Marta Ely Dias Oliveira
Sérgio Luis Costa Fiorini



Praça Carlos Chagas, 49 – 6º andar
Bairro Santo Agostinho
CEP 30170-020 – Belo Horizonte – MG
Fone:(0xx)31 3249 8500
noticias@desban.org.br
www.desban.org.br